

**UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIDADES INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS**

RAFAEL DA SILVA CARVALHO

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PROCESSO LEGISLATIVO NO MUNICÍPIO DE
SÃO PAULO: A REVISÃO DA LEI DE PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO
SOLO – 2015/2016**

São Paulo

2021

Rafael da Silva Carvalho

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL DO PODER LEGISLATIVO NO MUNICÍPIO DE SÃO
PAULO: A REVISÃO DA LEI DE PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO
SOLO – 2016/2016**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cidades Inteligentes e Sustentáveis da Universidade Nove de Julho – UNINOVE, como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Cidades Inteligentes e Sustentáveis**

ORIENTADOR: PROF. DR. WILSON LEVY BRAGA DA SILVA NETO

São Paulo

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

Carvalho, Rafael da Silva.

Participação social no processo legislativo no município de São Paulo: a revisão da lei de parcelamento, uso e ocupação do solo – 2015/2016. / Rafael da Silva Carvalho. 2021.

96 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2021.

Orientador (a): Prof. Dr. Wilson Levy Braga da Silva Neto.

1. Democracia. 2. Participação social. 3. Legislativo. 4. Cidade. 5. Cidades inteligentes.

I. Silva Neto, Wilson Levy Braga da. II. Título.

CDU 711.4

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL DO PODER LEGISLATIVO NO MUNICÍPIO DE SÃO
PAULO: A REVISÃO DA LEI DE PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO
SOLO – 2015/2016.**

Por

Rafael da Silva Carvalho

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cidades Inteligentes e Sustentáveis da Universidade Nove de Julho – UNINOVE, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Cidades Inteligentes e Sustentáveis, sendo a banca examinadora formada por:

Prof. Dr. Wilson Levy Braga da Silva Neto – Universidade Nove de Julho – UNINOVE

Prof. Dr. Renato Cymbalista – Universidade Nove de Julho – UNINOVE

Prof. Dr. Humberto Dantas – Fundação Getúlio Vargas – FGV-SP

Prof. Dr. Diego Conti – Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-CAMPINAS

São Paulo, 21 de maio de 2021

DEDICATÓRIA

A todas e todos que acreditam que a democracia é um caminho necessário para a redução das desigualdades.

AGRADECIMENTO

A Josi, que me apoiou desde o primeiro instante e me deu todo o suporte necessário para alcançar esse objetivo.

À minha filha Luiza e ao meu filho José, que compreenderam o esforço e a necessidade de renunciar a momentos juntos.

À Universidade Nove de Julho que abriu as portas para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Ao corpo docente do CIS, especialmente ao meu orientador, por todo o aprendizado.

RESUMO

O presente trabalho consiste em analisar a participação social no processo legislativo paulistano durante a revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, que teve como produto a Lei Municipal nº 16.402 de 22 de março de 2016. Por meio da avaliação dos resultados gerados pela participação em Audiências Públicas de cidadãos interessados em influenciar o conteúdo da legislação, busca-se elencar sua influência na tramitação do PL 272/2015 na Câmara Municipal de São Paulo. Para tanto, são propostas uma revisão de literatura sobre democracia e cidade, uma revisão sistemática de literatura para entender a relação entre democracia e o conceito de cidade inteligente e uma análise do processo legislativo. Como resultado, verifica-se uma influência da participação social, porém ela não é majoritária nas alterações ocorridas durante o processo. A partir da análise da prática da participação social em uma legislação que impacta diretamente os cidadãos e a apresentação dos resultados da pressão de seus diversos participantes, é possível indicar caminhos para a melhora da qualidade da democracia local, tornando a cidade mais sustentável em sua dimensão política.

Palavras chaves: democracia, participação social, legislativo, cidade, cidades inteligentes

ABSTRACT

The present work consists of analyzing the social participation in the São Paulo process legislative during the revision of the Land Use and Occupation Act, which had as its product the Municipal Law No. 16,402 of March 22, 2016. Through the evaluation of the results generated by the participation in Public Hearings of citizens interested in influencing the content of the legislation, it seeks to list its influence in the processing of PL 272/2015 in the City Council of São Paulo. To this end, a literature review on democracy and the city is proposed, a systematic literature review to understand the relationship between democracy and the concept of smart cities, and an analysis of the legislative process. As a result, there is an influence of social participation, but it is not a majority in the changes that occurred during the process. From the analysis of the practice of social participation in legislation that directly impacts citizens and the presentation of the results of pressure from its various participants, it is possible to indicate ways to improve the quality of local democracy, making the city more sustainable in its political dimension.

Key words: democracy, social participation, legislative, city, smart cities

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
1. O DESAFIO DEMOCRÁTICO EM DISCUSSÃO.....	13
1.1. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E SUA IMPORTÂNCIA	13
1.1.1. <i>Democracia</i>	13
1.1.2. <i>Participação Social</i>	15
1.1.3. <i>Democracia e Cidade</i>	17
1.2. A DEMOCRACIA E A CIDADE INTELIGENTE.....	20
1.3. A DISCUSSÃO SOBRE O QUE É CIDADE INTELIGENTE.....	23
1.4. CIDADE INTELIGENTE E DEMOCRACIA CAMINHAM JUNTOS?	25
1.5. É NECESSÁRIA A BUSCA DA DEMOCRACIA NAS CIDADES INTELIGENTES	27
2. COMO OLHAR PARA A DEMOCRACIA NO PROCESSO LEGISLATIVO.....	28
3. A REVISÃO DA LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.....	32
3.1. ANÁLISE NOS DISCURSOS DOS VEREADORES	33
3.2. ANÁLISE DOS MAPAS E O IMPACTO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL	38
3.3. ATUAÇÃO DE GRUPOS DE INTERESSE	45
3.3.1. <i>Rede Novos Parques</i>	47
3.3.2. <i>Associação São Benedito Legal - ASBL</i>	50
3.3.3. <i>Sociedade dos Amigos, Moradores e Empreendedores de Cerqueira César - SAMORCC</i>	53
4. O LONGO CAMINHO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PROCESSO LEGISLATIVO	57
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
6. REFERÊNCIAS.....	63
7. APÊNDICES	67
8. ANEXOS.....	94

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal (CF) brasileira de 1988 trouxe inovações em diversos aspectos. No âmbito dos municípios podemos destacar o seu reconhecimento como ente federativo, junto com a União, os Estados e o Distrito Federal. Como consequência desse reconhecimento, houve também um avanço nos mecanismos para participação social com a exigência da construção de Leis Orgânicas Municipais (LOM). As LOMs da mesma forma inovaram ao municipalizar temas até então restritos à União e aos Estados, estabelecendo compromissos associados, por exemplo, ao desenvolvimento de políticas públicas.

Como podemos encontrar em Benevides (1991), os mecanismos de participação popular direta como referendos, plebiscitos e projetos de leis de iniciativa popular, consagrados na Constituição Federal, foram celebrados como uma forma de aproximação do cidadão às decisões nacionais. O processo constituinte brasileiro, extremamente participativo e relatado em Dantas (2008) inspirou percepções acerca do protagonismo do cidadão em construir a realidade.

Com a participação social sendo incentivada pela Constituição Federal (CF) era esperado que o uso dos seus mecanismos fizesse parte do cotidiano dos cidadãos brasileiros, como uma conquista e uma oportunidade para o aprofundamento da democracia (Benevides, 1991). Diante desse cenário e somado ao reconhecimento dos municípios como entes federativos, nos termos do art. 18 da CF, estudos foram realizados para entender como esses mecanismos de participação interferem no processo democrático em cidades no Brasil.

Há experiências locais relatadas em trabalhos acadêmicos sobre o processo de participação em município, especificamente na construção do Orçamento Participativo de Porto Alegre. Autores como Koonings (2004) narram com detalhes a experiência e seus efeitos positivos nos serviços públicos, na qualidade da governança e a construção de uma “nova esfera” de participação. Posner (2003) utiliza a mesma experiência de Porto Alegre para comparar a participação popular em decisões locais de Chile e Brasil, concluindo a experiência do Orçamento Participativo porto-alegrense como positivo e um modelo. Apesar dos relatos positivos da experiência de Porto Alegre de participação social na construção de uma política pública, o Orçamento Participativo porto-alegrense não obteve o mesmo sucesso em sua expansão (Avritzer, 2006).

Há também estudos que trazem um olhar operacional para democracia com a adoção de ferramentas de gestão para a participação social no âmbito local (Garbelotto, 2017), porém não entram no ponto da avaliação da efetividade da participação social. A realidade trazida por Augusto (2015) mostra que há um ativismo tímido da sociedade brasileira na esfera participativa nacional com base em ferramentas constitucionais de participação. Apesar do estudo tratar sobre a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da Câmara Federal, ele indica que para a participação social ser efetiva, no entendimento de interferência em um processo, não basta apenas a existência do mecanismo de participação.

No âmbito no planejamento urbano, a promulgação do Estatuto da Cidade também avançou nos temas de gestão democrática e participação popular. O capítulo IV da referida lei é inteiramente dedicado para o tema de gestão democrática da cidade (Lei nº 10.257, 2001). Mesmo nas diretrizes gerais da lei, já em seu segundo artigo, encontrarmos como uma delas que a: *gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.* (Lei nº 10.257, 2001)

Flávio Villaça explorou em seu estudo “As ilusões do Plano Diretor” (2005) alguns desses aspectos da participação popular no planejamento urbano. Em um olhar atento a todo o processo, da concepção, formulação e discussão do Plano Diretor Estratégico de 2004 da cidade de São Paulo, o autor critica um processo que se dá de cima para baixo.

Ainda focando os estudos na cidade de São Paulo, há relevante publicação tratando sobre democracia participativa e o processo de revisão do Plano Diretor Estratégico ocorrido entre 2013 e 2014. Os pesquisadores descrevem o processo e relatam a complexidade da participação de diferentes atores (Coutinho, Kira, Lessa, & Castro, 2017).

Em uma sociedade em rede (Castells, 2000) na qual o entendimento da poliarquia desenvolvido por Dahl (2005) nos parece apropriado para entendermos nosso contexto, é importante reconhecermos os instrumentos existentes para a participação popular e seus usos. Mas além disso, é essencial entendermos como eles interferem, ou não, no desenvolvimento de políticas públicas em cidades brasileiras.

Essa discussão se relaciona com o conceito de sustentabilidade em sua dimensão social e política, por meio da democracia. A construção do conceito de sustentabilidade no âmbito das cidades se mostra uma discussão ampla e em constante desenvolvimento. Além da dimensão ecológica, outras delas são apresentadas por diversos autores em diferentes focos

(Dempsey, Bramley, Power, & Brown, 2011). Como constante, as dimensões econômica, social e ambiental são apresentadas pela maioria dos autores, como também em documentos oficiais de organizações internacionais (United Nations, 2015) porém, também são apresentadas dimensões como cultural, política e espacial, entre outras (Davison, 2009) (Vallance, 2011). Como podemos ver em autores como Mantovaneli Jr e Sampaio (2007) as decisões que implicam no desenvolvimento, ou não, da sustentabilidade tem, no mínimo, dois aspectos que sempre estão presentes: o técnico e o político.

Na apresentação da visão dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, a democracia, a boa governança e o Estado de Direito são relacionados ao alcance do desenvolvimento sustentável, o que demonstra a importância da dimensão política na construção da sustentabilidade. De forma destacada, o ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes - traz no seu item 7 o desafio de “Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis” (Nações Unidas, 2020). Com isso, além de verificar se existe a construção dos instrumentos legais necessários para a efetivação da participação social no âmbito local, é importante observarmos como esses instrumentos dialogam com a busca da sustentabilidade e os esforços governamentais para alcançá-la.

Na história da democracia brasileira, em diferentes graus, a discussão referente a qualidade da participação social nos poderes, especialmente o legislativo, é recorrente. O trabalho procura a efetividade dos mecanismos de participação social na tramitação de um projeto de lei no legislativo municipal de São Paulo.

Durante as grandes manifestações populares de 2013 um dos motes principais foi o "não me representa" (Pinto, 2017). Se há questionamentos recorrentes sobre representatividade dos políticos eleitos, como a Câmara Municipal tem respondido a eles? A discussão desse tema deve ser baseada para além dos aspectos meramente político-partidários, em uma visão ampla que congregue os interesses dos vários agentes envolvidos, como o cidadão, o representante e o servidor público, e buscando na literatura já existente e nas experiências bem-sucedidas de aprimoramento da participação social no legislativo hipóteses de aperfeiçoamento das ferramentas já existentes.

A escolha pela análise da revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo da maior cidade brasileira, se justifica pela oportunidade de aplicação dos diversos mecanismo de participação previstos na legislação, seja a Constituição Federal ou na Lei Orgânica municipal. Segundo dados da Câmara Municipal de São Paulo, foram realizadas 50 Audiências Públicas e catalogadas 2.951 propostas durante a tramitação do Projeto de Lei nº

272/2015, apresentado pelo Poder Executivo municipal para tratar da revisão do zoneamento da cidade. Além disso, foram recebidas propostas através de formulário no site da Câmara Municipal de São Paulo sendo também catalogadas e publicadas nos canais digitais do legislativo paulistano.

Diante dos números apresentados e a grande influência dos resultados da legislação nos aspectos de sustentabilidade da cidade de São Paulo, a análise proposta pelo projeto demonstra-se uma oportunidade de avaliação da prática da participação social na cidade de São Paulo.

Diante disso, o trabalho tem o objetivo de investigar como a participação social interfere na discussão dos temas da cidade no âmbito do Poder Legislativo. Para isso, buscaremos responder como o processo participativo influenciou a elaboração da revisão da Lei de Zoneamento na cidade de São Paulo.

Para alcançar esse objetivo, apresentaremos os resultados efetivos da participação social no processo legislativo municipal paulistano durante o Projeto de Lei (PL) nº 272/2015. Buscaremos a relação entre democracia e cidades inteligentes através de uma Revisão Sistemática de Literatura, mostrando se há importância nessa relação. Esperamos contribuir para a melhora da qualidade da participação social, indicando quais formas e estratégias, dentro da tramitação do PL, foram mais efetivas.

O trabalho será dividido em quatro partes, trazendo na primeira a discussão sobre democracia participativa e sua importância, na segunda relacionará a democracia e o conceito de cidade inteligente, na terceira parte a apresentação dos resultados da participação social na revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo da cidade de São Paulo entre 2015 e 2016, e finalizará com as conclusões.

1. O DESAFIO DEMOCRÁTICO EM DISCUSSÃO

1.1. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E SUA IMPORTÂNCIA

1.1.1. Democracia

A democracia é um conceito que vem sendo construído há tempos e encontramos em Joseph Schumpeter um conceito que usaremos como ponto de partida, apesar da discussão sobre o conceito de democracia acontecer muito antes disso. Na obra *Capitalismo, Socialismo e Democracia* do economista e cientista social austríaco, encontramos democracia como: “o arranjo institucional para se chegar a certas decisões políticas que realizam o bem comum, cabendo ao próprio povo decidir, através da eleição de indivíduos que se reúnem para cumprir-lhe a vontade.” (Schumpeter, 1961, p. 300).

Dentro do conceito apresentando, há espaço para discussão de diversos conceitos presentes nele, como “bem comum”, “povo”, “eleição” e “vontade”, o que demonstra a complexidade do conceito. Apesar da riqueza do debate sobre o conceito de democracia e quais seus caminhos, para o alcance do objetivo do trabalho trabalharemos com a discussão do caráter institucional da democracia, também presente na definição de Schumpeter. Como dentro da institucionalidade de democracia as decisões políticas são tomadas?

Autores como Dahl (2005) e Castells (2000), que através de perspectivas diferentes, deram contribuições importantes para o debate. Dahl (2005) desenvolve suas ideias a partir de critérios de institucionalização e o conceito de poliarquia que avança no entendimento dos regimes democráticos, acrescentando aspectos para análises deles.

Dahl se utiliza de critérios mínimos para definir um regime democrático, através da definição de oportunidades que devem traduzidas em garantias institucionalizadas: oportunidade de formular suas preferências; oportunidade de expressas essas preferências e oportunidade de ter considerada igualmente essas preferências na conduta do governo. Para uma das oportunidades, o autor lista as garantias necessárias, como podemos ver na tabela abaixo:

Tabela 1
Alguns requisitos de uma democracia para um grande número de pessoas

Para a oportunidade de:	São necessárias as seguintes garantias institucionais:
I. Formular preferências	<ol style="list-style-type: none"> 1. Liberdade de formar e aderir a organizações 2. Liberdade de expressão 3. Direito de voto 4. Direito de líderes políticos disputarem apoio 5. Fontes alternativas de informação
II. Exprimir preferências	<ol style="list-style-type: none"> 1. Liberdade de formar e aderir a organizações 2. Liberdade de expressão 3. Direito de voto 4. Elegibilidade para cargos políticos 5. Direito de líderes políticos disputarem apoio 6. Fontes alternativas de informação 7. Eleições livres e idôneas
III. Ter preferências igualmente consideradas na conduta do governo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Liberdade de formar e aderir a organizações 2. Liberdade de expressão 3. Direito de voto 4. Elegibilidade para cargos públicos 5. Direito de líderes políticos disputarem apoio 5a. Direito de líderes políticos disputarem voto 6. Fontes alternativas de informação 7. Eleições livres e idôneas 8. Instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência.

Nota: (Dahl, Poliarquia: Participação e Oposição, 2005, p. 27)

O autor reforça a importância da institucionalidade, indo para além da discussão de conceitos abstratos. Para o autor os regimes podem ser observados como hegemonias fechadas, hegemonias inclusivas, oligarquias competitivas ou poliarquias. Com a importância da institucionalidade, Dahl ajuda a entender que a alta disputa pelo espaço de poder combinada com alta participação social permite a construção de regimes democráticos avançados, as chamadas poliarquias. Poliarquia é definida como os arranjos institucionais que permitem que posições distintas participem do processo político. Para o autor os regimes podem ser observados como hegemonias fechadas, hegemonias inclusivas, oligarquias competitivas ou, democracias mais avançadas, as poliarquias.

Combinando a importância da participação social trazida por Dahl com o conceito de sociedade em rede de Castells (2000), podemos trazer elementos que ajudam a entender a sociedade após a revolução tecnológica das redes nas comunicações. Para Castells, o impacto da tecnologia nas comunicações e nas relações humanas muda a sociedade. O impacto do entendimento da sociedade que atua através de redes nos leva a rever a forma como são construídas as relações sociais. Castells afirma que o poder em uma sociedade em rede é

exercido através das redes, e seus atores atuando, ora como “programadores” das redes, alterando condições e ações, ora como “switches“, conectando e desconectando as redes. Esse conceito traz a complexidade das relações da sociedade e a necessidade de considerar a diversidade de atores e papéis, além dos tradicionais como o poder executivo, os legisladores e o capital (Castells, 2011).

O espaço onde acontece o processo democrático, ou suas esferas, traz à tona ideias como a de Habermas. Para o autor, esfera pública é: *uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos.* (Habermas, 2003, p. 92).

Trazendo para o debate as relações entre as esferas públicas e democracia em Habermas, Levy afirma que o filósofo alemão contribui com um:

pensamento que se consagra pelas possibilidades de interpretação que oferece num mundo em que esfera pública e democracia se encontram numa encruzilhada, em que se multiplica a supressão das vozes dos atores sociais e o acirramento da colonização do mundo da vida, em sua face econômica, sobre as formas de participação e deliberação que a democracia permite. (Levy, 2008, p. 237)

No artigo o autor ressalta o caráter participativo existente no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01), que possui um capítulo para gestão democrática da cidade, e a importância do reconhecimento coletivo de uma demanda social. Com isso entramos no tema de como a democracia se relacionará com gestão democrática ou a participação social.

1.1.2. Participação Social

Habermas, dentro da discussão sobre a democracia deliberativa, lembra da importância da participação da sociedade civil em trazer temas que podem não estar na agenda do aparelho do Estado.

As estruturas comunicacionais da esfera pública estão muito ligadas aos domínios da vida privada, fazendo com que a periferia, ou seja, a sociedade civil, possua uma sensibilidade maior para os novos problemas, conseguindo captá-los e identificá-los antes que os centro da política. (Habermas, 2003, p. 115)

No âmbito da Organização das Nações Unidas, por outro lado, a participação social é incluída dentro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), especialmente no

ODS 16, em que reafirma que a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis (Nações Unidas, 2020).

A promulgação da Constituição brasileira de 1988, que trouxe em seu texto as possibilidades de aplicação do plebiscito, referendo e leis de iniciativa popular, que são tratados por Benevides como democracia semidireta, deram outra dimensão à cidadania, chamada pela autora de cidadania ativa (Benevides, 1991). Através da aplicação dos mecanismos, é criada a possibilidade de avanço e construção da educação do cidadão para a política. Segundo a autora, para a ideia de que é necessário primeiro educar o cidadão para a participação no processo democrático não se justifica, pois é através da participação que é construído interesse da população sobre os assuntos antes restritos a uma elite, independente do resultado do processo.

Diante do momento histórico vivido pela autora, ela não esconde seu otimismo sobre as possibilidades, ou a existência, dos mecanismos de participação. O desenvolvimento de uma cultura política parecia se desenhar diante de um país pouco acostumado à prática democrática e mais suscetível ao clientelismo e a “presciência das elites” (Benenides, 1994).

Dentro das funções reservadas ao Poder Executivo, encontramos estudos que buscam entender o funcionamento de arranjos institucionais participativos no Brasil. Lavallo, Houtzager e Acharya (2004) realizaram estudo no âmbito do município de São Paulo sobre a participação da sociedade civil em Conselhos do Poder Executivo municipal. Em uma entrevista com 229 atores da sociedade civil buscou-se entender as motivações da participação social desses atores na política participativa, porém não fazia parte dos objetivos a análise da efetividade da participação ou sua capacidade de influenciar decisões.

Em busca nas bases de publicação científica Scielo e Scopus são encontrados trabalhos que tratam sobre a participação social dentro da gestão, mas não sobre o tema como Benevides o fez, porém, em estudo mais recente, (Augusto, 2015) procurou levantar a aplicação dos mecanismos de participação no âmbito nacional e não confirmou o otimismo de Benevides de 1994.

Augusto (2015), através da análise dos projetos de lei de iniciativa popular que tramitaram no Congresso Nacional até 2013, constatou que a dificuldade em apresentar o número exigido de assinaturas, reforçada pela forma permitida de coleta delas, é um dos pontos que impede uma maior quantidade dessas iniciativas. Menos nos casos em que esse ponto foi alcançado, foi necessária a “adoção” do projeto por intermédio de um parlamentar para que a tramitação ocorresse de forma completa.

1.1.3. Democracia e Cidade

Como foi discutido no início desse capítulo, uma das discussões sobre democracia passa pela escala de sua aplicação. Dahl (2012) realiza essa discussão relatando as diferenças entre a experiência grega com as Cidades Estados que se limitavam a pequenas porções territoriais e com restrições a quem em sua participação. Especialmente no âmbito das cidades, esse ponto se consolidou em uma temática própria através de estudos como Purcell (2007) e Swyngedouw (Swyngedouw, 2011).

Dahl já reconhecia a diversidade de atores de uma democracia e discutindo sobre qual o melhor espaço, considerando a escala, para o exercício de uma democracia popular, afirmou que é a cidade, e não o Estado, o melhor instrumento para o seu exercício (Dahl, 1967, p. 968). A questão da viabilidade, ou da necessidade, da prática e do reconhecimento da democracia nas cidades é também discutida por outros autores. Para Purcell, a discussão sobre o papel das cidades vai além da discussão de escala. A importância da localização das decisões pode produzir resultados tanto democráticos como não democráticos, dependendo mais da diversidade de agendas particulares envolvidas no processo de decisão (Purcell, 2007).

Purcell aprofunda a discussão sobre democracia trazendo o tema para além da preocupação sobre a tomada de decisão e sugere alguns caminhos sobre a discussão sobre como a democracia como moldar um futuro mais progressista para o contexto urbano. O autor apresenta três elementos para o tema de pesquisa de democracia e cidades. Primeiro elemento é conceito de democracia e a discussão sobre suas formas e práticas, outro elemento é a relação entre democracia e neoliberalismo e terceiro elemento a questão entre democracia e a escala geográfica. Discutimos o primeiro elemento no início desse capítulo e focaremos na discussão sobre escala.

Purcell afirma que escala é um elemento necessário, apesar de pouco examinado, no debate sobre política democrática porque trata de uma questão central que é a tensão entre interesse individual e interesse público (Purcell, 2007). O caso clássico citado pelo autor é a resistência de uma comunidade à construção de uma unidade de tratamento de esgoto próximo as suas residências, mesmo diante de uma indicação técnica e do claro interesse público de melhor uso do recurso público e técnico disponível. Porém, o autor afirma da mesma forma

questões próximas a estas também podem ser produzidos em outras escalas, e não possuem respostas simples.

A importância da discussão sobre escala para Purcell vai no caminho de evitar o que ele chama de “*local trap*”, que é considerar que a escala local é inerentemente mais democrática do que outras escalas (Purcell, 2006). Para o autor, não devemos ignorar a importância da questão local, pelo contrário, devemos reconhecê-la, porém sabendo que não é só isso que irá produzir uma cidade mais ou menos democrática, tudo dependerá de como a agenda será colocada. Da afirmação de Purcell surge o questionamento sobre a efetividade da decisão em uma democracia.

Diante dos questionamentos sobre as contingências da política no âmbito urbano, que para autores provoca um processo de despolitização no domínio urbano (Swyngedouw, 2011), o que deixaria com uma importância menor a discussão sobre o controle das elites ao processo político. Para Swyngedouw é necessário reconhecer a diferença entre a política (*politics*) que traz questões específicas, particulares e “local” e a política (*political*) de caráter universal que busca igualdade e liberdade. Para o autor a despolitização foca apenas nas questões particulares, não trazendo discussões de caráter estruturante que realmente produzem verdadeiramente diferentes espacialidades e urbanidades emancipatórias.

Autores como Beveridge e Koch (2017) não negam os problemas da política no âmbito urbano, contudo propõem que a pesquisa foque não apenas nos problemas, mas também em práticas que articulem os conflitos urbanos para a construção de políticas e políticos que respondam aos anseios da cidade e política desenvolvidas no espaço urbano da cidade.

Para os autores há perigos nas análises baseada nas ideias de Swyngedouw e eles apontam três deficiências dessa teoria. Primeiro, um entendimento binário entre *politics* e *political* não correspondente a realidade encontrada na prática das políticas urbanas. Em segundo, um olhar de embate entre as duas práticas reduz a uma visão de herói e anti-herói, limitando o domínio da ação política. E por fim, a visão defendida pelos autores que apresentam o conceito de *post-political* acaba diminuindo as possibilidades do urbano como um espaço político de resistência e emancipação.

Beveridge e Koch não negam a contribuição da teoria *post-political* nas cidades e seu potencial de desenvolvimento, mas alertam que a divisão binária na análise em um contexto de representatividade de ação no urbano deixa a teoria desconectada da realidade e afastando de contribuir com soluções para os seus problemas. Como exemplo, mesmo um ativista que

possui um histórico de ação *political*, quando se candidata para algum cargo eletivo, e, portanto, entrar no *politics*, perde o seu valor dentro da análise *post-political*. O questionamento dos autores vai na linha que a mudança estrutural através do processo democrático, demanda a participação do sistema de representação, o que não se traduz em renunciar à busca de mudanças estruturais ou de longo prazo.

Para Hendriks (2009) apesar da democracia para alguns autores ser um obstáculo para políticas de longo prazo, diante da possibilidade de variação de escolhas de direções políticas, para a autora a democracia como ideal se apresenta no sentido contrário. A autora desenvolve o conceito de *theory of network governance* onde propõe uma gestão de transição que potencializa uma democracia participativa e plural influenciando na forma como a política é realizada, trazendo a sustentabilidade para a prática política.

Para a autora, decisões políticas difíceis e *trade-offs* precisam ser negociados, e em um contexto de países pós-industrializados isso irá ocorrer no contexto das instituições e normas da democracia liberal. Hendriks lembra que no contexto de democracia deliberativa, as decisões que são alcançadas através de um processo coletivo se tornam legítimas e seus resultados da mesma forma.

Da mesma forma, Davison (2009) afirma que a considerar a sustentabilidade social dentro do debate urbano pode desenvolver esse espaço como o espaço para a prática da sustentabilidade. Em contrapartida, Peters (2019) apresenta as dificuldades da tomada de decisões políticas mesmo diante de claras situações científicas, como as mudanças climáticas. Nesse contexto a necessidade do aprofundamento da participação social, associada à educação, mostra-se relevante para o autor.

Em seu estudo que também tratou sobre a participação popular no Plano Diretor Estratégico de 2004 da cidade de São Paulo, Villaça (2005) conclui não ela não se mostra suficiente para alcançar o seu objetivo. O próprio conceito de construção do planejamento urbano se coloca em questionamento quando a participação popular se mostra como “um evento ao qual a maioria comparece convidada pela minoria” (Villaça, 2005, p. 92).

Em um levantamento que, apesar de não medir a efetividade de participação nas audiências públicas do PDE 2004, mostrou suas incoerências e dificuldades em trazer a realidade da “maioria”.

Para Villaça, o debate que se coloca de forma técnica, pautando o interesse de uma minoria que conhece os caminhos para influenciar. Como resultado, para o autor o Plano Diretor acaba como “atuar no sentido de ocultar as reais causas dos problemas urbanos da

maioria de nossa população e assim atuar no sentido de ajudar a anestesiá-las tanto as mentes da maioria popular, como as das elites.” (Villaça, 2005, p. 92).

1.2. A DEMOCRACIA E A CIDADE INTELIGENTE

Para contribuir para o debate que se coloca dentro do planejamento urbano hoje de cidade inteligente, também buscaremos levantar a relação entre democracia e o próprio conceito de cidade inteligente. Para esse debate, utilizaremos a metodologia de Revisão Sistemática de Literatura (RSL).

Através da pesquisa realizada pelos pesquisadores Quirino e Storopoli, que utilizam a RSL para discutir o planejamento de cidades inteligentes, esta parte do trabalho se baseia na metodologia aplicada pelos autores (Quirino & Storopoli, 2020 (No prelo)).

Através de um processo de natureza qualitativa de revisão de literatura, com o objetivo de ser sistemático, transparente e reprodutível, a (RSL) segue critérios rigorosos. Baseia-se em evidências e tem como objetivo mapear, avaliar, identificar o território intelectual existente sobre uma determinada questão ou tema de pesquisa (Tranfield et al., 2003)

Conforme os critérios estabelecidos para realização da RSL, os resultados desse estudo foram alcançados através de etapas, sendo elas: 1. Planejamento, 2. Condução da Revisão e 3. Divulgação dos Resultados. Cada etapa é composta por fases que correspondem aos processos executados durante toda a pesquisa; as etapas e fases desenvolvidas foram adaptadas de Tranfield et al (2003):

Na condução da revisão foi realizada uma revisão da literatura para definir “como se relaciona o conceito de cidade inteligente e democracia”; foram utilizados diversos estudos científicos que possuem citações na base Scopus.

A revisão de literatura é necessária para o processo de investigação inicial necessária para entender a construção do conceito de democracia e as definições existentes para cidades inteligentes, assim como deixar claro como podem ser agrupados em dimensões e categorias.

Será utilizada a discussão sobre democracia realizada no capítulo anterior e neste será acrescida a discussão sobre cidade inteligente, para posterior aplicação da RSL.

Para o procedimento de análise dos dados foram determinados e aplicados os critérios de seleção e validação da amostra. Uma RSL se baseia em evidências científicas, e para tal é necessário atestar que elas estarão presentes na base de dados final para alcançar atendiam os objetivos da pesquisa.

Para fortalecer a qualificação do método científico, os critérios de seleção e validação foram desenvolvidos e aplicados durante a execução da RSL. É fundamental distinguir e separar os documentos que se caracterizam como evidências (provas) das suposições (Petticrew & Roberts, 2008)

Como forma de atender ao rigor metodológico exigido em uma RSL e responder aos objetivos do estudo, as dimensões foram comparadas com os resultados que emergiram da Revisão da Literatura. O propósito foi colocar as provas em prática e garantir a cientificidade da pesquisa.

Para a coleta dos dados iniciais optamos por utilizar a plataforma científica Scopus, por se tratar do maior acervo de resumos e citações da literatura revisada por pares (Scopus, 2020), além de conter milhares de títulos de editores de todo mundo.

O protocolo para realização da coleta de dados utilizou-se dos seguintes parâmetros:

Em julho de 2020 realizamos a busca na Scopus utilizando os termos, “smartcit*” AND “democrac*”. As aspas (“”) foram utilizadas para garantir que o sistema identificasse nos textos dos estudos e pesquisas os termos específicos desejados. Da mesma forma, utilizamos o asterisco (*) para captar também as variantes do termo no plural e singular, neste caso podemos citar como exemplo as palavras: city, cities, democracy, democracies, democrat, etc.

Outros parâmetros também foram utilizados: definimos que os termos de busca deveriam constar no título (TITLE), resumo (ABS) e palavras-chave (KEY) dos estudos; desta forma o sistema identificou conteúdos que tratavam especificamente do tema de interesse.

Optamos também por utilizar apenas artigos científicos (DOCTYPE ((ar))) publicados na língua Inglesa (Language ((English))). Por fim, determinamos o período das publicações; para tal consideramos relevante estudos dos últimos 10 anos; para inclusão no sistema utilizamos o filtro (2010 < 2020).

A busca retornou com um total de 45 documentos: estes conteúdos foram publicados em 37 periódicos de diversas áreas do conhecimento e envolveram 88 pesquisadores das mais variadas nacionalidades. São 417 citações, conforme informações atualizadas na plataforma Scopus em julho de 2020.

Iniciamos a fase de análise dos dados definindo os critérios de seleção dos 45 documentos identificados. Conforme proposto por Petticrew e Roberts (2008) e Tranfield, Denyer & Smart (2003) este processo tem como objetivo separar os conteúdos científicos de

outros que não sejam relevantes ou que não se caracterizem como evidências; para isto determinamos os critérios de inclusão e exclusão.

Como critérios de inclusão, foram considerados alguns pontos essenciais. Posto que a RSL deve ser baseada em evidências, selecionamos apenas artigos científicos, tendo em vista que passam por processos rigorosos de validação. Relevante determinar um período, nesse caso os últimos 10 anos, como propósito de acompanhar o desenvolvimento e a evolução do tema até os dias atuais. A língua inglesa foi adotada como a língua franca da ciência mundial, com isso optou-se com selecionar artigo apenas neste idioma e utilizar estudos de diversas áreas do conhecimento, por se tratar de um tema multidisciplinar considerado fundamental para compor a amostra.

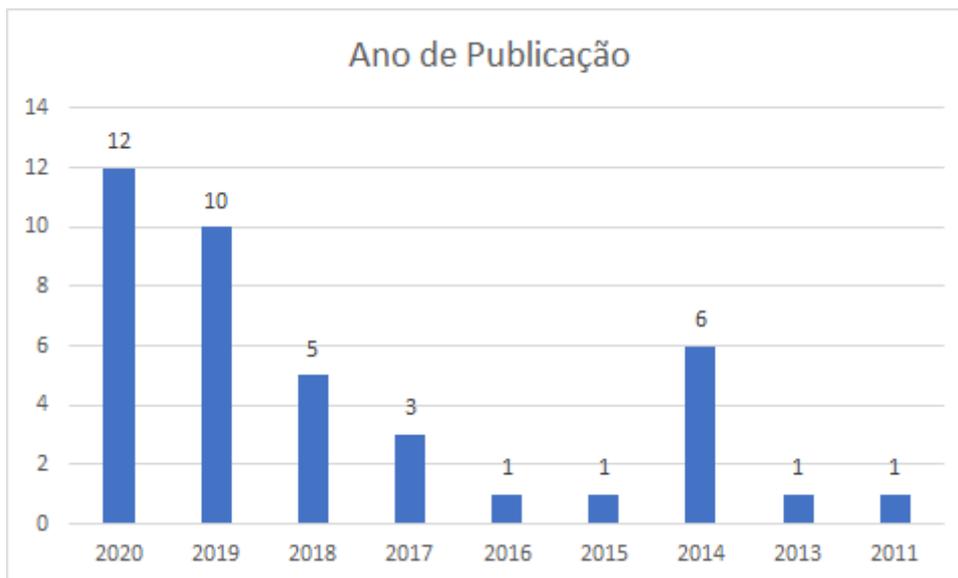
Assim como os critérios de inclusão, importante clarificar os critérios de exclusão, que para o objetivo colocado foram todos os conteúdos que não atendam aos critérios de inclusão, como por exemplo, estudos que não são artigos científicos ou que estão fora do período de publicação determinado.

Em julho de 2020 realizamos a leitura dos resumos dos 45 documentos da amostra inicial; após este processo foram excluídos 5 conteúdos que não atendiam aos critérios de seleção estabelecidos, restando 40 documentos para serem examinados.

Na continuidade do processo de análise dos dados passamos para a fase de validação da amostra; trata-se da avaliação da qualidade dos documentos restantes (Petticrew & Roberts 2006; Tranfield, et al 2003). Neste momento é necessário aferir se os artigos selecionados atendem às necessidades da pesquisa, para isso, devem responder às seguintes indagações: Os artigos que formam a base de dados da amostra fornecem evidências que respondem à questão de pesquisa? Os artigos que formam a base de dados da amostra atendem aos objetivos deste estudo?

No mês de setembro de 2020 realizamos a leitura completa dos 40 documentos para validação da amostra; neste processo foram identificados quais artigos não atenderam as necessidades da pesquisa (1), sendo excluído da base de dados, restando 35 artigos para análise. Os estudos excluídos por critérios de seleção e validação estão disponíveis para consulta nos anexos deste trabalho.

Por fim, estabelecemos uma amostra final com os documentos que passaram por todos os critérios de seleção e validação e permitiram a identificação das principais dimensões e categorias latentes abordadas nos estudos entre cidades inteligentes e democracia.



1.3. A DISCUSSÃO SOBRE O QUE É CIDADE INTELIGENTE

A discussão sobre a definição do conceito de cidade inteligente nos leva ao início da década de 90, onde a base para essa definição se colocava nas tecnologias desenvolvidas levando em consideração o papel da infraestrutura de comunicação, especialmente o desenvolvimento da Internet (Caragliu et al., 2011, p. 69).

A ampliação do entendimento como além da infraestrutura de comunicação, colocou a discussão de cidade inteligente em outro patamar, como o *Centre of Regional Science* da *Viena University of Technology* que classificou como seis dimensões para a análise de um estudo com o objetivo de identificar cidade médias europeias possíveis de serem colocadas nessa definição. As dimensões se colocam como smart economy, smart people, smart governance, smart mobility, smart environment e smart living (Giffinger et al., 2007, p. 11)

Com o desenvolvimento do tema, autores aprofundaram sua definição, ampliando o entendimento do que pode ser chamado de cidade inteligente. Caragliu, Bel Bo e Nijkamp trouxeram importante contribuição ao discutir o desenvolvimento das cidades na Europa, e apesar da dificuldade na utilização do conceito, os autores definem em seu trabalho cidade inteligente como:

(..) when investments in human and social capital and traditional (transport) and modern (ICT) communication infrastructure fuel sustainable economic growth and a high quality of life, with a wise management of natural resources, through participatory governance. (Caragliu et al., 2011, p. 70)

Outros autores reconhecem a influência do conceito de cidade inteligente na discussão sobre o desenvolvimento do futuro do urbanismo. Hollands (2008) problematiza a amplitude da aplicação do termo smart dentro do contexto do desenvolvimento urbano. Para além da aplicação da tecnologia, o autor chama atenção para as contradições na implementação dos diversos modelos de cidades inteligentes, que podem ter aplicação de um conceito *high tech* da cidade empreendedora de Jessop (1997). Hollands busca trazer o elemento de justiça social para o debate, com o objetivo de construir, para além da tecnologia, cidades inteligentes mais progressistas e inclusivas.

Para alcançar esse objetivo, Hollands propõe que a população e o capital humano estejam presentes na equação do desenvolvimento das cidades, além da questão tecnológica, que lembrando Raymond Willians, nunca é neutra. Além da tecnologia estar a serviços das populações mais vulneráveis, e não o contrário, Hollands também coloca a necessidade de equilibrar desenvolvimento econômico e sustentabilidade. O autor ressalta a importância de incluir contribuições dos diversos grupos que compõem uma cidade, dando possibilidade, assim, para uma cidade inteligente progressista.

Mais recentemente, Deakin e Leydesdorff trouxeram ao debate o conceito de *Triple-Helix Model* para as cidades inteligentes (Deakin&Leydesdorff, 2011). Nesse modelo as cidades são consideradas como uma rede entre 1) o capital intelectual das universidades, 2) a criação de riquezas pela indústria e 3) governo democrático da sociedade civil e através da interação entre os três tópicos se dará o potencial da cidade inteligente.

Adentrando na discussão na literatura sobre como a dimensão da democracia interage em uma cidade inteligente, Viitanen e Kingstonn (2013) trazem à discussão como o foco no uso da tecnologia impacta a construção da democracia nas cidades inteligentes. Colocando o cidadão em um papel de consumidor de tecnologia, os autores afirmam que o cerne na implantação de ICT's transforma a democracia em mais um produto a ser consumido pelos "cidadãos-clientes" da cidade, trazendo impactos no seu desenvolvimento. O centro do desenvolvimento como mercado da democracia, resulta em uma cidade menos resilientes em relação ao seu futuro social e riscos climáticos (Viitanen& Kingston, 2013, p. 814).

Para Deakin, a integração trazida pelo modelo *Tripe-Helix Model* traz as cidades inteligentes para além de serem uma campanha de marketing de empresas detentoras da tecnologia, dando a oportunidade de integrar conhecimento, geração de riquezas e oportunidade de participação direta da sociedade nas tomadas de decisão (Deakin, 2014, p. 9). Dialogando com Caragliu, Giffinger e, principalmente, Hollands, Deakin reforça a

importância da democracia para que as cidades inteligentes alcancem o objetivo da chamada *third mission agenda*, a integração entre conhecimento e riquezas, porém gerando resultados culturais, sociais e ambientais.

A tecnologia aplicada à democracia, através do seu uso para o exercício na tomada de decisão ou na coleta de opiniões, é também relacionada no desenvolvimento das cidades inteligentes. A *e-governance* concentra esse conceito e é explorada por Walters. Para o autor a tecnologia age como força centrífuga e é equilibrada pela interação humana no espaço físico, que atua como força centrípeta (Walters, 2011, p. 199).

Para o autor a inclusão de temas locais é ilustrada através de um estudo de caso da cidade americana de Beaufort. O uso da tecnologia através de formulários eletrônicos para basear o planejamento da cidade, mitigou a preocupação da exclusão que pode causar o uso intensivo da tecnologia nas cidades (Walters, 2011, p. 216).

Soluções como a defendida por Walters são criticadas por autores, como Tenney e Sieber, que veem o risco de cidadãos serem tratados como “sensores” no processo de planejamento de uma cidade (Tenney&Sieber, 2016). A crítica dos autores se dá pela postura passiva que o uso de tecnologia pode causar nos cidadãos, como no compartilhamento de dados de localização para a definição de uma política pública.

1.4. CIDADE INTELIGENTE E DEMOCRACIA CAMINHAM JUNTOS?

Diante da revisão da literatura realizada na seção anterior, os resultados dos artigos selecionados através da metodologia aplicada foram divididos em quatro categorias baseados em duas dimensões: relevante ou não relevante e hipotética ou observada, assim como também foi realizada na RSL realizada por Lim, Edelenbos e Gianoli ao estudarem o desenvolvimento das cidades inteligentes (Lim et al., 2019).

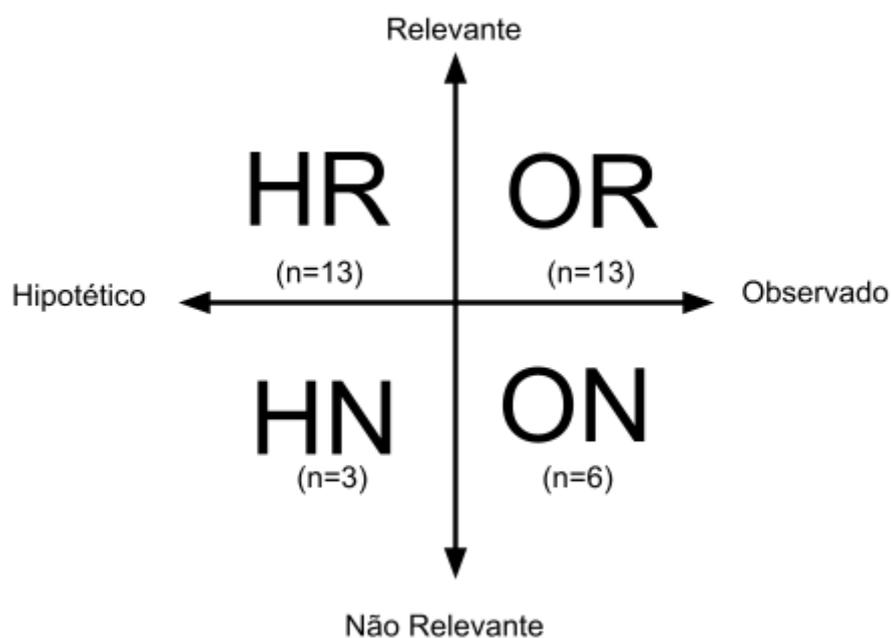
Entre as dimensões foram considerados relevantes os estudos que demonstraram a relação entre cidades inteligentes e democracia como importante na construção urbana e as não relevantes os que não encontraram importância na mesma. Na mesma forma, a dimensão hipotética se dá no campo da especulação ou na expectativa de mudanças, enquanto a observada se refere quando há afirmações feitas através de estudos empíricos.

Realizada a leitura e classificação dos artigos selecionados, chegou-se ao resultado que a dimensão classificada como "relevante" corresponde a 74% (n=26) da base dos artigos selecionados. O restante foi classificado na dimensão “não relevantes” não encontrando

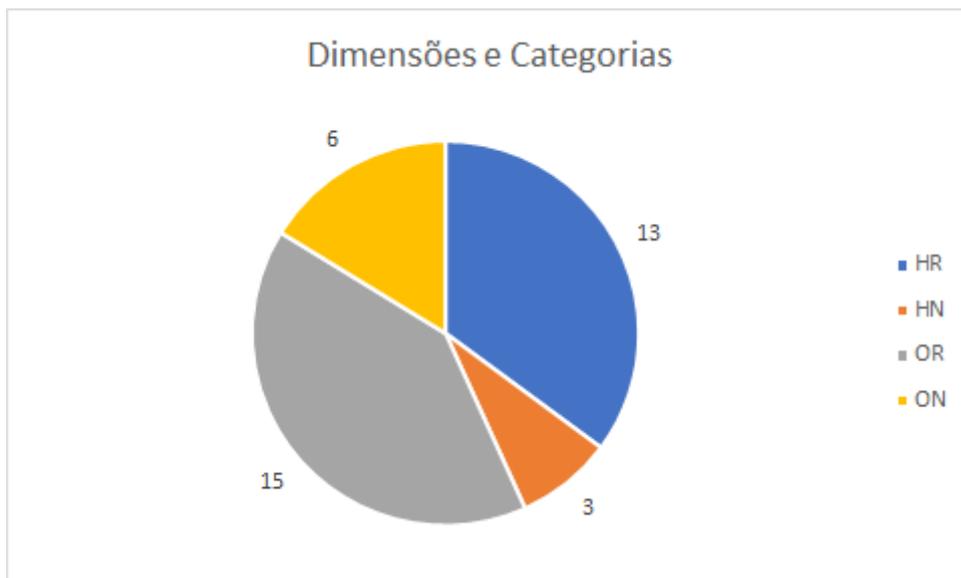
relação do conceito de cidades inteligentes com democracia, correspondendo a 26% (n=9) da seleção.

Aprofundando os dados, dentro da dimensão “relevante” há igualdade na distribuição nas categorias “hipotético” e “observado”, 50% (n=13) para cada um, o mesmo não acontece na dimensão “não relevante”. Nessa dimensão a distribuição realizada ficou em 33% (n=3) para a categoria “hipotética/não relevante” e 66% (n=6) para “observado/não relevante”.

A imagem 1 mostra a distribuição dos artigos:



O gráfico abaixo demonstra a distribuição das categoriais e a participação no geral de cada uma:



1.5. É NECESSÁRIA A BUSCA DA DEMOCRACIA NAS CIDADES INTELIGENTES

Os resultados demonstram que dentro da seleção dos artigos e da metodologia escolhida, uma relação consistente entre cidade inteligente e democracia se demonstra majoritária comparada aos artigos que não encontram evidência sobre essa relação.

Os dados também demonstram que apesar da quantidade de artigos classificados como “não relevante” ser menor, quando olhado de forma separada, a participação da categoria “observados” se mostra mais presente, proporcionalmente, do que na dimensão majoritária.

Essa observação pode nos levar a uma tendência de que a observação através de um estudo empírico, reduz a relevância da relação cidade inteligente e democracia, porém os dados são suficientes para uma afirmação. Estudos posteriores, podem aprofundar e analisar essa tendência.

2. COMO OLHAR PARA A DEMOCRACIA NO PROCESSO LEGISLATIVO

O trabalho tem como base uma pesquisa qualitativa exploratória e documental tendo como estudo de caso a participação social na experiência com a revisão de Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo paulistana na Câmara Municipal de São Paulo durante os anos de 2015 e 2016, através da tramitação do Projeto de Lei nº 272/2015. Diante dos objetivos e questão de pesquisa descritos nesse projeto, é do nosso entendimento que há base para essa escolha metodológica.

A pesquisa qualitativa tem origem e escolha na sociologia e na antropologia, conforme encontramos em Denzin e Lincoln (2006). Para os autores: “A pesquisa qualitativa é, em si mesma, um campo de investigação. Ela atravessa disciplinas, campos e temas.” (Denzin & Lincoln, 2006, p. 16). Para o projeto em questão, a escolha por uma pesquisa qualitativa se justifica por se tratar de um tema que busca entender um fenômeno, a participação social, dentro de uma realidade complexa e com diversos atores, a tramitação de um Projeto de Lei dentro de uma Câmara Municipal.

Com encontramos em Creswell (2007, p. 186), a pesquisa qualitativa é interpretativa, através da análise de dados o pesquisador explana sobre a questão de pesquisa e busca, através de sua lente pessoal, uma leitura de um “momento sociopolítico e histórico específico” (Creswell, 2007, p. 187).

O caráter exploratório da pesquisa se dará pelo levantamento bibliográfico com o objetivo de embasar a discussão teórica sobre democracia, a discussão sobre seus processos participativos e a forma como a democracia molda a construção das cidades. Busca-se conceitualizar os temas acima como apoio para a análise do estudo de caso em foco.

O processo de construção de uma revisão do regramento urbana de uma cidade como São Paulo possui diversos momentos, sendo os iniciais ocorrendo dentro do Poder Executivo e os finais dentro do Poder Legislativo. Como a escolha desse projeto é analisar o processo de participação social dentro do legislativo municipal, o período de análise será do início da tramitação do Projeto de Lei nº 272/2015, que tratou da revisão de Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo paulistana, na Câmara Municipal de São Paulo à sua aprovação em segunda votação e consequente promulgação da Lei nº 16.402/2016.

Este projeto optou por apresentar um Estudo de Caso que, de acordo com Yin, se define como “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro

de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e contexto não estão claramente definidos.” (Yin, 2001, p. 32).

Como Martins afirma, “a confiabilidade de um Estudo de Caso poderá ser garantida pela utilização de várias fontes de evidências” (Martins, 2006, p. 80) e essa garantia se dá pela triangulação de fontes diversas. Para este projeto, serão utilizadas três fontes de evidências: 1) Discursos parlamentares específicos realizados durante a discussão do PL 272/2015; 2) Mapas que fazem mapa do processo de tramitação do PL 272/2020 e 3) consolidação das sugestões que munícipes deram durante as Audiências Públicas da tramitação do referido PL no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo.

O período de análise será do início da tramitação do Projeto de Lei nº 272/2015 na Câmara Municipal de São Paulo à sua aprovação em segunda votação e consequente promulgação da Lei nº 16.402/2016. O período se justifica pelo início do processo legislativo (apresentação do PL pelo Poder Executivo) e o seu final (Promulgação).

Os dados utilizados serão os registros públicos das 50 audiências públicas e das sessões plenárias de 05/12/2015, 15/12/2015, 24/02/2016 e 25/02/2016 da Câmara Municipal, nas quais houve a discussão do PL 272/2015, e as versões dos mapas disponibilizados no Portal da Câmara Municipal de São Paulo e no site Gestão Urbana da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL).

Serão analisados os discursos do parlamentar relator, do parlamentar líder do governo e do parlamentar líder da oposição. A escolha por esses parlamentares específicos se dá pois, na Câmara Municipal as indicações de votação e posicionamentos acontecem principalmente pelo líder do governo, oposição e relator da matéria. Por mais que haja outros parlamentares registrem suas falas, o impacto delas é minimizado pelo posicionamento dos parlamentares citados.

Os mapas que serão analisados serão coletados de dois momentos distintos. O primeiro será a versão enviada pelo Poder Executivo que compôs o inicial do processo do PL. O segundo momento será o da versão aprovada em votação definitiva pela Câmara Municipal.

Para a coleta dos registros das Audiência Pública, será utilizada planilha organizada pela Câmara Municipal que consolida as falas de todas as Audiências Públicas que foram realizadas no Poder Legislativo na tramitação do PL.

A análise dos dados coletados será feita de forma específica para cada uma das fontes. Para as falas dos parlamentares selecionados será realizada a análise de conteúdo nas três fases que Bardin (2011) sugere em seu trabalho: pré-análise, inferência e a interpretação. O

objetivo é localizar a influência da participação social nas falas dos parlamentares e relacionar com o registro das Audiências Públicas.

Para a análise dos mapas, serão procuradas e catalogadas as alterações ocorridas entre as duas versões dos mapas, evidenciando as alterações realizadas durante a discussão do PL no âmbito do Poder Legislativo. Para a comparação serão utilizados os arquivos em formato KMZ (*Keyhole Markup Language*) e divididos por subprefeituras para permitir uma checagem das diferenças entre as duas versões dos mapas.

Para a identificação das diferenças entre os mapas, será utilizado o aplicativo QGIS, versão 3.16. Segundo definição encontrada no site dos desenvolvedores, QGIS é “*um aplicativo profissional GIS Livre e de Código Aberto, com muito orgulho, que é construído a partir de Software Livre e de Código Aberto, Free and Open Source Software (FOSS).*”.

Para essa análise será utilizada a versão para Windows 10 e a função “diferença simétrica”. A função “diferença simétrica”, segundo documentação do aplicativo, é definida como a “*sobreposição de camadas de forma que a saída contém tanto as áreas que não se intersectam da entrada e das camadas de diferença.*”. O ícone  indica a função como sua aplicação resultada dentro das camadas selecionadas.

A função foi aplicada entre as versões de cada categoria constante no mapa do PL 272/2015. Como exemplo dessa aplicação, o arquivo KMZ com contém as áreas classificadas como Zona Mista (ZM) no início da tramitação, passou pela função “diferença simétrica” junto com a versão final das áreas classificadas como ZM na versão aprovada ao final do processo legislativo.

A resultante dessa aplicação foi as áreas que sofreram alteração dentre os dois momentos, sem a necessidade de uma classificação visual e manual, reduzindo o risco de alterações não serem consideradas.

As sugestões consolidadas dos participantes das Audiências Públicas serão analisadas juntamente com as outras fontes de dados para subsidiar a ligação entre os discursos ou as alterações que foram realizadas nos mapas.

As alterações localizadas nos mapas serão classificadas conforme a sua origem, sendo elas classificadas em três possibilidades: (a) participação social, localizados através de falas em audiências públicas ou contato, via correio eletrônico ou protocolo presencial, com a Comissão de Política Urbana da Câmara Municipal; (b) vereadores, localizados através falas de parlamentares durante a discussão em plenário, seja através de discursos ou na

apresentação de emendas; e (c) não identificadas, alterações que não tem demanda registrada dentro do processo legislativo.

As alterações serão consolidadas em um mapa baseado no projeto *OpenStreetMap* e publicados em dados abertos na aplicação *uMap* para que os resultados encontrados possam ser manipulados e utilizados para outras pesquisas.

3. A REVISÃO DA LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

A Lei de Uso e Ocupação do Solo é uma exigência do Estatuto da Cidade, em seu artigo 42-B, onde afirma que todo município que pretenda ampliar o seu perímetro urbano deverá elaborar projeto específico para tratar do uso e ocupação do solo.

O Plano Diretor da cidade de São Paulo, sancionado em 31 de julho de 2014, estabeleceu em seu capítulo III que a revisão da legislação de parcelamento e uso do solo deveria ser apresentada. Nesse mesmo capítulo foram estabelecidas as diretrizes, classificações de uso e atividade, zoneamento, ordenamento da paisagem e características de zonas como as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), as Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPEC), as Zonas Especiais de Preservação Ambiental (ZEPAM), as Zonas Especiais de Preservação (ZEP) e sobre os Eixos de Estruturação e Transformação Urbana.

A revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS) ganhou concretude com a apresentação pelo Poder Executivo do PL 272/2015. Os conceitos norteadores apresentados são simplificação da lei, participação popular na elaboração e compreensão estratégica do território urbano.

Para atendermos ao objetivo do trabalho e buscas respostas para o problema de pesquisa apresentado, não é necessário aprofundar em todos os aspectos, porém iremos repassar os seus principais pontos e objetivos.

O PL 272/2015 reflete as estratégias estabelecidas no Plano Diretor vigente e tem um olhar para a cidade baseado em três zonas: Zona de Transformação, Zona de Qualificação e Zona de Preservação. As especificidades de cada zona são estabelecidas conforme as características de cada uma das três zonas.

A Zona de Transformação se caracteriza por regiões com o objetivo de adensamento populacional devido à sua estrutura de mobilidade existente ou um planejamento, se divide em: Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana (ZEU); Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana Ambiental (ZEUa); Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana Previsto (ZEUP); Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana Previsto Ambiental (ZEUPa); Zona Eixo de Estruturação da Transformação Metropolitana (ZEM) e Zona Eixo de Estruturação da Transformação Metropolitana Previsto (ZEMP).

A Zona de Qualificação se coloca regiões como objetivo de “*manutenção de usos não residenciais existentes, o fomento às atividades produtivas, a diversificação de usos ou o adensamento populacional moderado*”. Ela se divide em: Zona Centralidade (ZC); Zona Centralidade Ambiental (ZCa); Zona Centralidade lindeira à ZEIS (ZC-ZEIS); Zona Corredor 1 (ZCOR-1); Zona Corredor 2 (ZCOR-2); Zona Corredor 3 (ZCOR-3); Zona Corredor Ambiental (ZCORa); Zona Mista (ZM); Zona Mista Ambiental (ZMa); Zona Mista de Interesse Social (ZMIS); Zona Mista de Interesse Social Ambiental (ZMISa); Zona Especial de Interesse Social 1 (ZEIS-1); Zona Especial de Interesse Social 2 (ZEIS-2); Zona Especial de Interesse Social 3 (ZEIS-3); Zona Especial de Interesse Social 4 (ZEIS-4); Zona Especial de Interesse Social 5 (ZEIS-5); Zona de Desenvolvimento Econômico 1 (ZDE-1) e Zona de Desenvolvimento Econômico 2 (ZDE-2).

Por último, a Zona de Preservação reflete áreas de baixa e média densidade e áreas destinadas à promoção e à preservação ambiental e cultural, sendo representada nas: Zona Predominantemente Residencial (ZPR); Zona Exclusivamente Residencial 1 (ZER-1); Zona Exclusivamente Residencial 2 (ZER-2); Zona Exclusivamente Residencial Ambiental (ZERa); Zona de Preservação e Desenvolvimento Sustentável (ZPDS); Zona de Preservação e Desenvolvimento Sustentável da Zona Rural (ZPDSr); Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPAM); Zona Especial de Preservação (ZEP) e Zona Especial de Preservação Cultural (ZEPEC).

Além da divisão em zonas com seu regramento quanto ao uso e ocupação do solo, a LPUOS vai além de dividir a cidade em zonas e estabelecer regras para cada uma delas, porém para o objetivo do trabalho, focaremos nas alterações de zonas nos mapas.

3.1. ANÁLISE NOS DISCURSOS DOS VEREADORES

Durante as sessões plenárias, os vereadores e vereadoras possuem momentos específicos para o uso da tribuna para discursos e falas, como o pequeno expediente, o grande expediente e os comunicados de liderança. Porém o registro que compõe o processo legislativo da tramitação de um Projeto de Lei é no tempo específico de discussão dele.

Apesar da atuação dos parlamentares não se tratar de participação social ou da aplicação da democracia participativa, e sim da democracia representativa, esse olhar se justifica por um dos objetivos desse trabalho. Para apresentar como a participação social

interferiu no resultado da lei aprovada, é preciso verificar se os que tomaram a decisão final, através do voto em plenário, sofreram influência da participação dos cidadãos durante o processo legislativo.

Para essa verificação, optou-se por olhar também para os discursos proferidos pelos parlamentares durante a discussão do projeto em plenário. Importante ressaltar que nos discursos também é possível identificar as modificações solicitadas em audiências públicas sendo consolidadas, seja através das falas ou através de emendas parlamentares.

Pela amplitude do tema do PL 272/2015, é natural que os vereadores utilizem seus momentos de falas fora dos momentos de discussão do PL para emitir opiniões sobre o assunto. Porém, dentro do objetivo do trabalho de ter um olhar de como a participação social interfere no processo legislativo, focamos a análise de discurso dentro da composição formal do processo na Câmara Municipal.

Segundo o Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo (Regimento Interno Câmara Municipal de São Paulo, 2021), haverá discussão com tempo de até 30 minutos para o orador, tanto na primeira discussão, como na segunda. Esse é o conteúdo que faz parte da tramitação de um Projeto de Lei e compõe o processo legislativo que está em análise neste trabalho, sendo uma decisão *a priori*.

O PL 272/2015 teve a sua primeira discussão durante a 300ª sessão extraordinária ocorrida no dia 16 de dezembro de 2015, após 197 dias da apresentação do Projeto de Lei. A segunda discussão ocorreu na 308ª sessão extraordinária no dia 25 de fevereiro de 2016, 70 após a aprovação em primeira discussão.

Na sessão onde ocorreu a primeira discussão, entre oradores e participação com apartes, houve o registro de fala de 7 parlamentares, enquanto na discussão final, 16 vereadores utilizaram os microfones para falas.

Seguindo a metodologia desenvolvida por Bardin (2011), o material foi organizado para a análise, retirando dos registros taquigráficos as falas que não continham conteúdo relacionado ao PL 272/2015, realizando a pré-análise do material para constituir o *corpus* da análise.

Todo o registro taquigráfico referente às sessões plenárias foi considerado na pré-análise, além de todas as falas de parlamentares realizadas dentro do período regimental de discussão do PL. Essa escolha se justifica para dar representatividade e homogeneidade para os documentos em análise.

Para o conteúdo em questão se mostrar pertinência ao objetivo do trabalho, foram retirados do texto registro de comandos regimentais, como registro de presença e falas não condizentes ao PL 272/2015, já que na 300ª sessão, o PL 272/2015 não era o único item da pauta.

O esforço de pré-análise, mostra-se necessária para constituir um *corpus* de análise que responda de forma afirmativa as regras de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência estabelecidas por Bardin.

A busca na análise dos discursos tem o objetivo de localizar influências da participação social na ação dos parlamentares em plenários. Utilizando a revisão de literatura apresentada no início do trabalho, foi construída uma codificação dedutiva sobre o que buscamos achar para responder o problema de pesquisa, classificando as unidades de registro conforme tabela abaixo:

Codificação	Unidade de Registro
Democracia	<i>Palavra</i>
Audiência Pública	<i>Palavra</i>
Participação Social	<i>Tema</i>
Cidade	<i>Tema</i>
Técnico	<i>Tema</i>

Dentro dos recortes escolhidos, nenhum se apresentou inviável para análise, o que aconteceria caso seu custo de análise fosse superior à sua contribuição para a resposta ao problema de pesquisa. Da mesma forma, por fazermos parte do processo legislativo, em um momento específico de discussão sobre o PL 272/2015, há pertinência para suas considerações e enumerações.

Definida os recortes, a frequência de cada palavra ou tema foi contabilizada, apresentando os seguintes resultados:

Registro	300SE	308SE	Total
Democracia	21	32	53
Audiência Pública	10	13	23

Participação Social	17	11	27
Cidade	12	35	47
Técnico	5	8	13

Com as unidades de registros definidas, foi possível realizar a enumeração levando em consideração a direção. Considerando a questão da interferência da participação social no processo legislativo, o registro das palavras ou temas poderiam ser “favoráveis”, “desfavoráveis” ou “neutras”. Nesse momento de enumeração, tratamos os parlamentares como uma unidade, não trazendo diferenças sobre o autor ou autora do discurso.

A frequência de cada palavra ou tema, associada a um caráter qualitativo, direção, contribui para a análise e codificação, proporcionando, mais para frente, a categorização para a interpretação.

Foram enumeradas como “favoráveis”, palavras ou temas, que demonstram que o processo participativo influencia as falas e decisões dos vereadores e vereadoras. Como exemplo, o tema cidade tratou a discussão sobre a implantação dos corredores comerciais como favorável e importante para o resultado legislativo, como no trecho *“um novo debate de uso mais intenso residencial nos corredores”*.

Como, ainda quando houve a primeira votação e discussão na 300ª SE, o trecho *“ainda haverá audiências públicas, temos muito que ouvir e muito que trabalhar”*, exemplifica como a expectativa de influência da participação social para gerar mudanças na lei.

Consideradas “neutras”, registros que são relevantes para a palavra ou tema, porém não favorecem e nem desmerecem a participação social no processo. Trata-se de afirmações genéricas na codificação da palavra “democracia” ou ainda citação de acordos entre os parlamentares. Como exemplo, temos os trechos: *“A oposição aí está para fazer críticas e é positivo, temos de conviver com as divergências, sem ódio, com carinho, com amor, com respeito. Temos que respeitar!”* ou ainda *“Tudo o que chegou à Comissão de Política Urbana na forma de emenda ou como manifestações que aconteceram em Plenário, todas as contribuições farão parte da discussão até a segunda votação do projeto de lei.”*

Ainda como exemplo dessa direção, trechos onde a temática “técnico” mostra-se influente na decisão, mas não desabona a participação social, como no trecho: *“O Governo, por meio dos seus técnicos, e o Relator estão examinando as emendas.”*

Por fim temos a direção “desfavorável”, que demonstra que a participação social dentro da palavra ou tema não se mostrou relevante para a tomada de decisão. Como exemplificação, temos o trecho: “*Todas as audiências públicas foram jogos de cena.*” ou ainda “*e não meia dúzia de técnicos que se trancarem aqui hoje para, ao seu bel prazer e sob pressão sabe Deus de quem, mudar a lei, a lei que a maioria não conseguiu ler.*”.

Na enumeração, a tabela abaixo demonstra o resultado encontrado:

	Direção		
	Negativo	Neutro	Positivo
Democracia	7	15	31
Participação	2	2	24
Cidade	8	29	10
Técnico	6	4	3
Audiências Públicas	4	0	19
Total	27	50	87

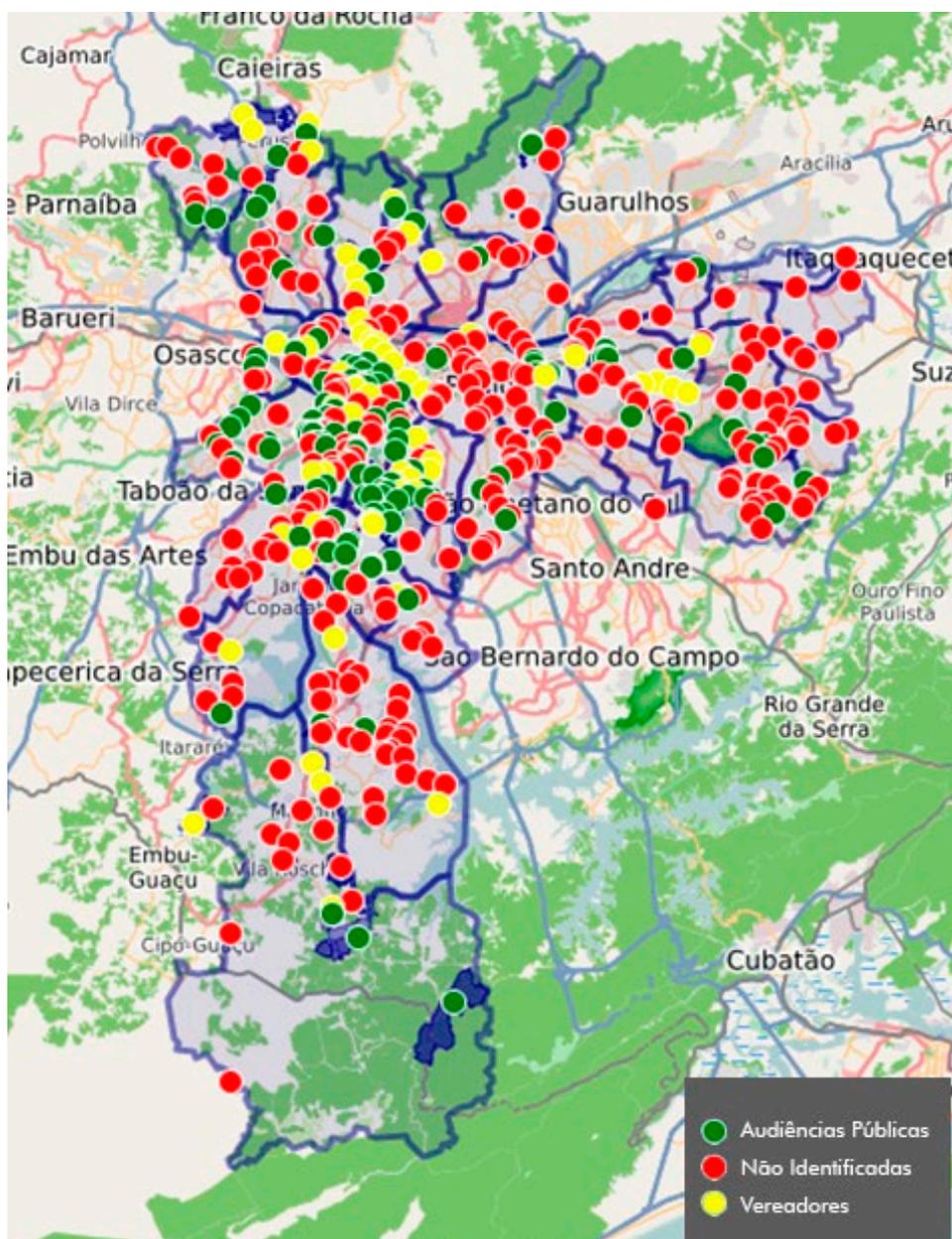
A partir da finalização da codificação, a etapa seguinte foi a da categorização, segundo Bardin (1977), “*classificar elementos em categorias, impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com outros.*”. Através da categorização baseada na codificação realizada, alcançamos as seguintes categorias intermediárias:

1. As mudanças que a participação social trouxe para o processo legislativo
 1. audiências públicas
 2. pressão em plenário
2. Debate intracorpous
 1. emendas autorais
 2. conversa entre pares
3. A cidade como ponto de partida
4. A tecnicidade que comanda

Através das falas classificadas nas categorias acima, levantou-se como as citações conversam com o problema de pesquisa, contribuindo para responder como a participação social influenciou o processo participativo.

3.2. ANÁLISE DOS MAPAS E O IMPACTO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

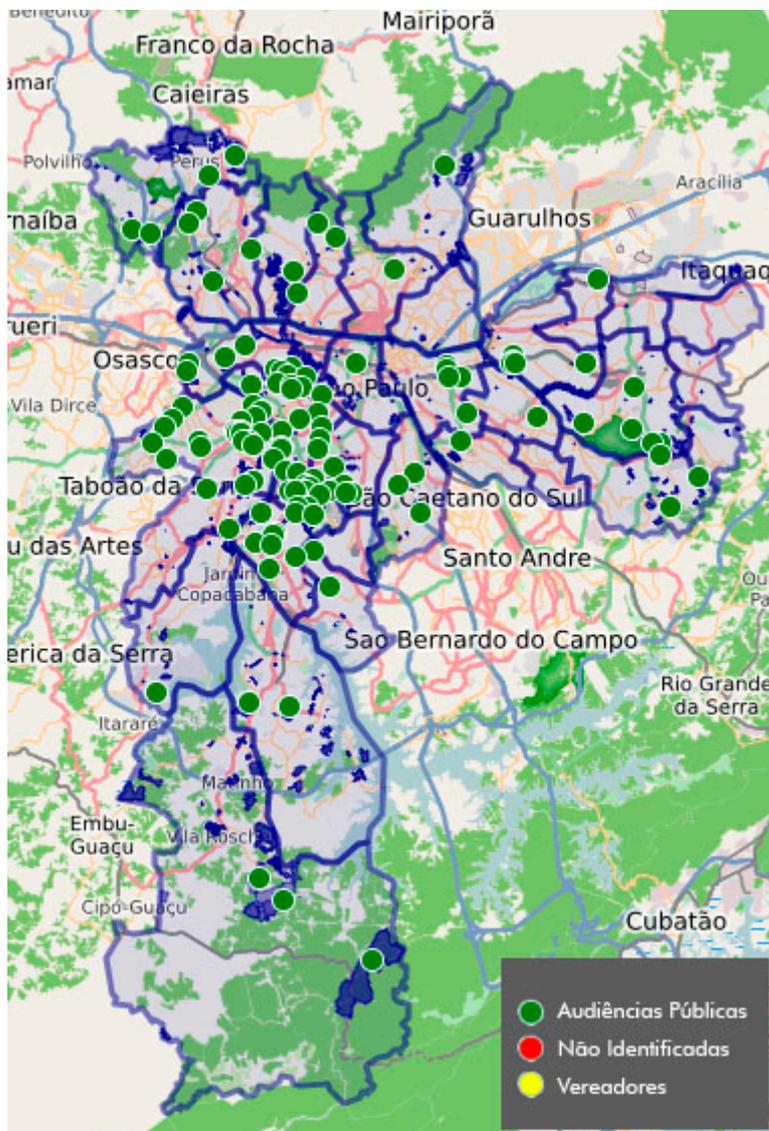
Usando com base os mapas constantes no Processo Legislativo, ou seja, o mapa inicial protocolado pelo Poder Executivo, buscou-se localizar os pontos que foram alterados durante o processo legislativo. Através do software QGIS e técnicas de comparação detalhadas na metodologia do trabalho, foram encontradas 449 alterações, conforme é demonstrado na imagem abaixo, também disponível em: <http://u.osmfr.org/m/584612/>, em que é possível acessar os dados e carregá-los para uso em estudos com objetivos diversos do que se propõe este trabalho.



As alterações foram agrupadas em três categorias para análise: 1) Audiências Públicas: alterações com referência em demandas apresentadas em Audiências Públicas ou catalogadas no Processo Legislativo; 2) Vereadores: alterações com referências em discursos e emendas durante a tramitação do PL 272/2015 de autoria dos vereadores; 3) Não identificadas: alterações que não possuem referência dentro do processo legislativo.

Como resultados foram registrados 119 pontos alterados e combinados com registros, seja nas notas taquigráficas, seja no registro de demandas organizado pela Comissão de Política Urbana da Câmara Municipal de São Paulo.

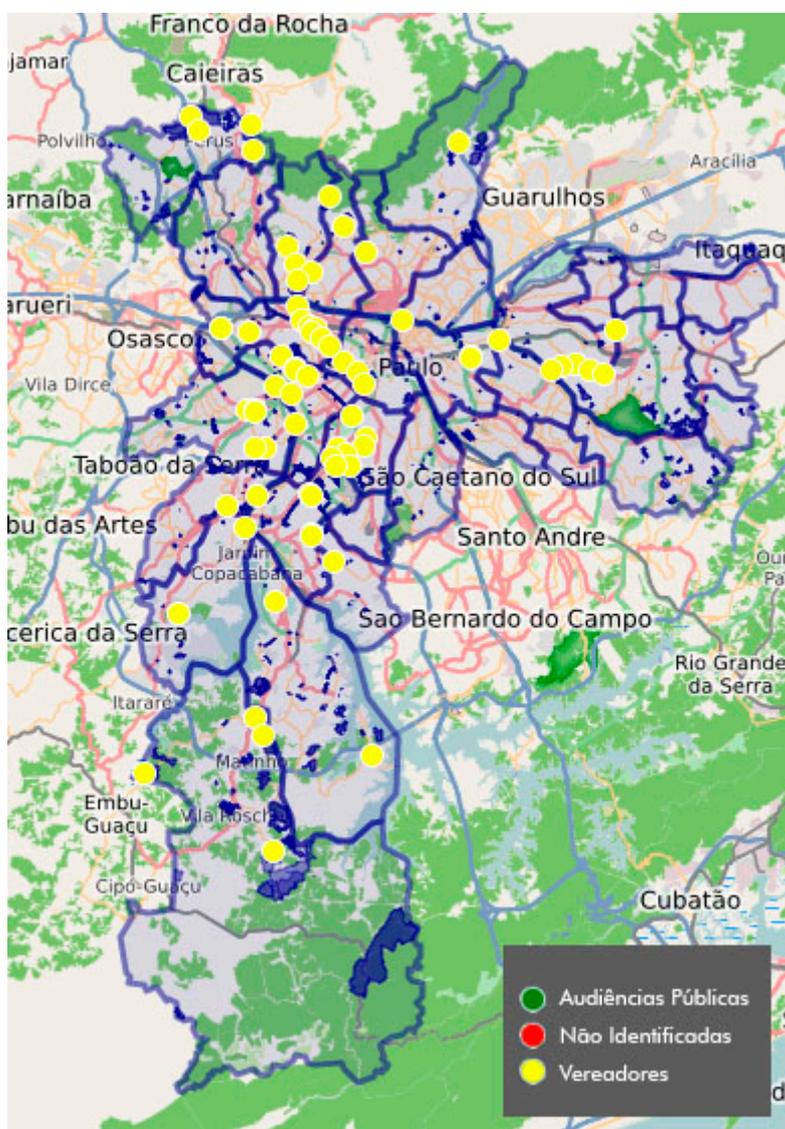
Mapa abaixo demonstra o ponto onde foi localizada as alterações dessa categoria:



Da mesma forma, através da leitura dos discursos dos vereadores e vereadoras durante da discussão do PL 272/2015, foram identificadas 56 alterações. Essas alterações também foram localizadas por meio da leitura das emendas apresentadas pelos parlamentares.

As emendas são propostas de alteração do conteúdo do projeto de lei em discussão. Para a discussão e votação de emenda, é necessário o apoio de, no mínimo, 1/3 dos parlamentares, ou seja, 19 assinaturas. O apoio não significa sua aprovação, mas apenas a possibilidade de sua apresentação em plenário e apreciação através de discussão e votação.

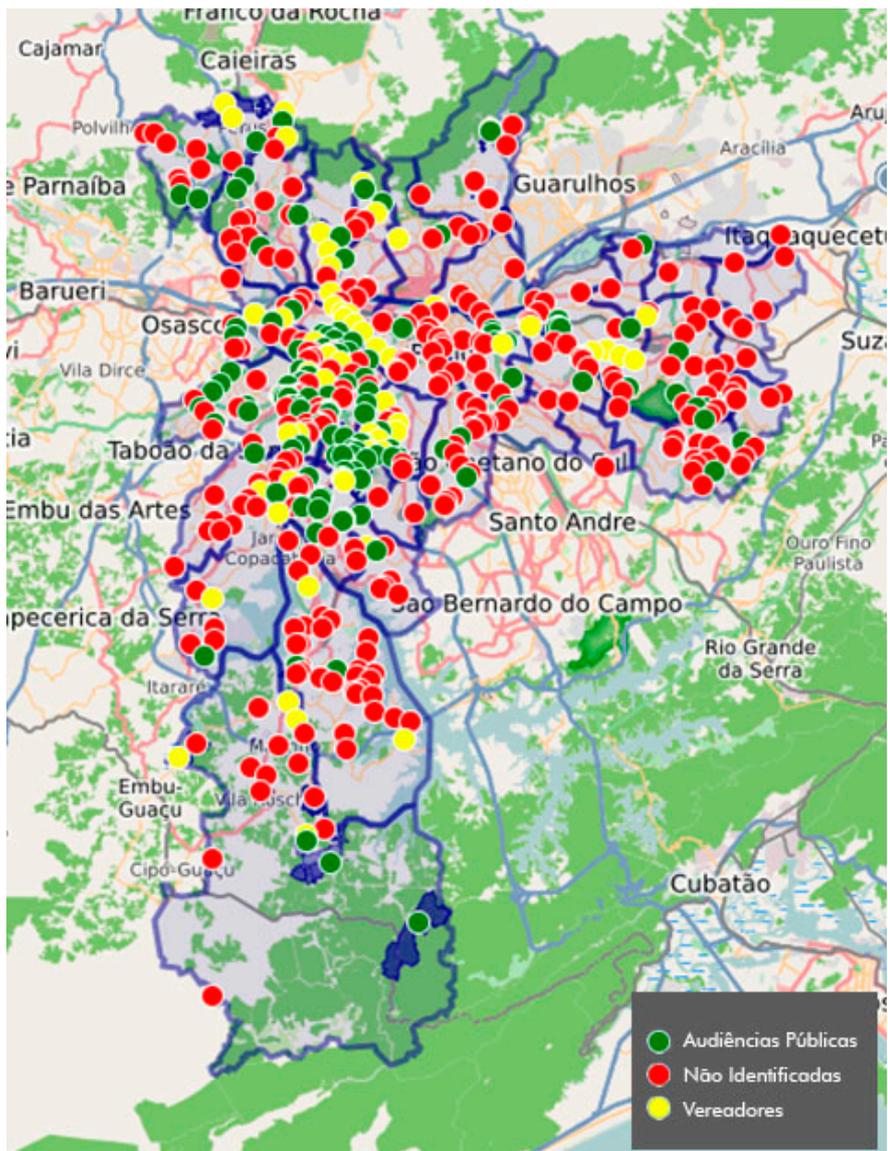
Para essa categorização, após a localização de uma alteração no mapa, buscou-se sua referência em um dos conteúdos citados. Com isso, o resultado com a localização de cada alteração se dá abaixo:



Das alterações não identificadas no processo legislativo, sejam em falas em audiências públicas, contato registrado com a Comissão de Política Urbana, ou ainda de discursos ou emendas dos parlamentares, foram encontradas 274. O mapa abaixo demonstra a localização desses pontos.



Demonstrando a localização dos pontos das três categorias, temos como resultado o mapa abaixo:



Resumindo os dados encontrados, chegamos ao resultado abaixo:

Rótulos	Quantidade
Audiências Públicas	119
Não identificados	274
Vereadores	56
Total Geral	449

Também relacionamos as alterações encontradas e suas categorias, com a divisão geográfica administrativa da cidade de São Paulo. Atualmente, a cidade é dividida em 32 subprefeituras. Utilizando dessa divisão, chegamos ao resultado abaixo:

Subprefeitura	Audiências Públicas	Não identificado	Vereadores	Total Geral
Aricanduva/Formosa/Carrão	1	7	0	8
Butantã	25	22	8	55
Campo Limpo	1	12	2	15
Capela do Socorro	2	31	2	35
Casa Verde/Cachoeirinha	3	4	3	10
Cidade Ademar	2	5	1	8
Cidade Tiradentes	0	6	0	6
Ermelino Matarazzo	1	2	0	3
Freguesia do Ó/Brasilândia	1	2	1	4
Guaianases	0	5	0	5
Ipiranga	3	14	0	17
Itaim Paulista	0	2	0	2
Itaquera	6	15	1	22
Jabaquara	0	2	0	2
Jaçanã/Tremembé	1	6	1	8
Lapa	10	10	5	25
M'boi Mirim	1	6	2	9
Mooca	5	17	4	26
Parelheiros	3	12	4	19
Penha	5	6	3	14
Perus	4	10	4	18
Pinheiros	13	13	6	32
Pirituba/Jaraguá	4	11	0	15
Santana/Tucuruvi	1	4	1	6
Santo Amaro	15	7	4	26
São Mateus	2	14	0	16
São Miguel	0	5	0	5
Sapopemba	0	1	0	1
Sé	2	10	1	13
Vila Maria/Vila Guilherme	0	4	0	4
Vila Mariana	7	4	3	14
Vila Prudente	1	5	0	6
Total Geral	119	274	56	449

É possível relacionar os dados encontrados com indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (2010) para discutirmos, por exemplo, se há relação entre os itens solicitados em Audiências Públicas e atendidos e o IDHM.

Subprefeitura	Audiências Públicas	IDHM (2010)
Pinheiros	13	0,942
Vila Mariana	7	0,938
Santo Amaro	15	0,909
Lapa	10	0,906
Sé	2	0,889
Mooca	5	0,869
Santana/Tucuruvi	1	0,869
Butantã	25	0,859
Ipiranga	3	0,824
Aricanduva/Formosa/Carrão	1	0,822
Jabaquara	0	0,816
Penha	5	0,804
Casa Verde/Cachoeirinha	3	0,799
Vila Maria/Vila Guilherme	0	0,793
Pirituba/Jaraguá	4	0,787
Vila Prudente*	1	0,785
Campo Limpo	1	0,783
Ermelino Matarazzo	1	0,777
Jaçanã/Tremembé	1	0,768
Freguesia do Ó/Brasilândia	1	0,762
Cidade Ademar	2	0,758
Itaquera	6	0,758
Capela do Socorro	2	0,750
São Miguel Paulista	0	0,736
São Mateus	2	0,732
Perus	4	0,731
Itaim Paulista	0	0,725
M'boi Mirim	1	0,716
Guaianases	0	0,713
Cidade Tiradentes	0	0,708
Parelheiros	3	0,680
Total Geral	119	

*A área referente à atual Subprefeitura de Sapopemba fazia parte da Subprefeitura de Vila Prudente até 2013

3.3. ATUAÇÃO DE GRUPOS DE INTERESSE

Durante a leitura dos discursos proferidos pelos parlamentares, grupos organizados de moradores, comerciantes e ativistas de diversos temas foram citados. Acreditamos esse ser um ponto importante de análise da forma de como a participação social infere na discussão no processo legislativo.

Para esse olhar, classificaremos a atuação dos grupos organizados como grupos de interesse. Grupos de interesse, segundo Hojnacki e Kimball (1998), são aqueles que se organizam para atuar no parlamento realizando esforços para influenciar o processo legislativo.

Segundo Austen-Smith e Wright (1992), em seu estudo sobre a influência de grupos de interesses na definição dos votos dos parlamentares nos Estados Unidos, há três suposições possíveis sobre a atuação de grupos de interesse na busca de votos dos parlamentares. A primeira é a atuação de grupo com objetivos específicos no voto do parlamentar, em detrimento da atuação por objetivos amplos e gerais.

Também há a segunda suposição onde os grupos atuam tendo informações as quais os legisladores não as possuem. Essas informações podem ser sobre conseqüentes das decisões sobre determinados grupos que podem influenciar a reeleição do parlamentar ou ainda conseqüências políticas além da base que o parlamentar defende.

Como terceira e última suposição, os autores afirmam que grupos atuem em duas fases. A primeira através de uma defesa técnica e especializadas e em uma segunda fase através de uma estratégia de comunicação para que a informações promova interesse pelo legislador. Importante ressaltar que a análise dos autores se propõe a um olhar sobre o Congresso Americano, que possui uma estrutura diferente do estudo em caso, mas o olhar sobre a atuação dos grupos de interesses nos ajudar a modular o olhar para a sua atuação no legislativo municipal paulistano.

É possível que grupos de interesse tenham atuado de forma direta nos gabinetes dos vereadores, sem que essa atuação faça parte do processo legislativo, foco desse estudo. O olhar que será dado aos grupos de interesse vai além de trocas com os parlamentares ou persuasão através de informações que são apresentadas.

Para Hall e Deardorff (2006) o principal ponto para chamado *lobby* é o seu papel como um subsídio para o legislativo. No entendimento dos autores, o encontro entre informação, inteligência e atuação legislativa traduz eficácia da atuação dos grupos. O ponto

da ideia é que a atuação aproxima aliados naturais a alcançar seus próprios objetivos coincidentes, e não mudar a mente dos legisladores.

Esse conceito traz uma visão além da tradição persuasão da atuação de grupos organizados, mas o encontro de interesses convergentes. Com isso temos a importância da atuação desses grupos na produção legislativa que é aprovada pelos parlamentares.

Nesse capítulo iremos analisar a atuação de três grupos que se organizaram para defender pontos de interesse dentro do processo legislativo do PL 272/2015. A justificativa para escolha dos grupos abaixo se dá pela relevância que ficou demonstrada nos registros das audiências públicas ou solicitações enviadas à Câmara Municipal. Os três grupos, ou pautas, estão entre os mais citados na catalogação realizada.

Além dessa relevância, foram identificadas três formas diferentes de atuações dos grupos, o que isso também permite olharmos para o resultado de diferentes estratégias de participação social.

O primeiro grupo analisado será a Rede Novos Parques, que utilizou uma estratégia com a defesa de pautas abrangentes e sistêmicas e atuou de forma não centralizada ou hierarquizada. O segundo grupo será a Associação São Benedito Legal, que defendeu uma pauta específica e atuou apenas com a articulação promovida pelos seus moradores, sem apoio técnico. Por último temos a Sociedade dos Amigos, Moradores e Empreendedores de Cerqueira César, que buscou uma pauta específica e conta com apoio técnico nessa defesa.

Diante da relevância apresentada e importância do olhar nas estratégias escolhidas, é importante analisar especificamente os três grupos selecionados que darão um olhar para além de como a influência da participação social acontece, mas também sobre as estratégias aplicadas.

3.3.1. Rede Novos Parques

Dentro do contexto de uma das maiores crises hídricas, a Rede Novos Parques (RNP) surgiu como uma união de diferentes momentos que defendiam a manutenção de diversas áreas verdes na cidade (Marino, 2018, p. 170). Segundo a definição encontrada em sua página oficial em uma rede social, a Rede Novos Parques se apresenta como uma “rede de articulação com potencial de criação de parques e áreas verdes públicas e urbanas ameaçadas e desejadas de São Paulo.”.

A RNP se coloca como um movimento aberto e horizontal, no sentido que não há formalidade em sua organização e não apresenta diretoria, conselhos ou qualquer outra forma que represente hierarquia entre os participantes. Como consequência dessa escolha, não encontramos dados oficiais sobre sua origem ou participantes, porém há relatos em trabalhos acadêmicos e notícias jornalísticas.

Em seu trabalho sobre ativismo e apropriação do espaço urbano, a professora Cintia de Castro Marino (2018) realizou uma entrevista com sr. Augusto Aneas, arquiteto e um dos idealizadores do RNP. Nessa entrevista Aneas afirma:

Algumas pessoas do Parque Augusta se juntaram e começaram, a partir da Dona Ana, que é nossa ativista de 82 anos, ela é uma pessoa permanente em todo processo. A partir de uma ideia dela de fazer um ato genérico em prol das “áreas verdes ameaçadas” pra gente ver se novas áreas apareciam, ou novos movimentos que estavam defendendo outras áreas. Então a gente usou essa estratégia e isso nos fez chamar e nos aproximamos de outros movimentos. Então a gente olhou a potência disso e falou, vamos oficializar e criar essa aliança entre esses movimentos que é a Rede Novos Parques. (Marino, 2017, pág. 171)

O movimento iniciou com representantes de 10 áreas com o objetivo de preservação, manutenção ou transformação em parque, o que é representando no PL 272/2015 como ZEPAM, e hoje, ainda segundo página oficial em rede social, conta com representantes de 25 áreas.

Durante a tramitação do PL 272/2015, foram registradas falas nas Audiências Públicas em defesas de ZEPAM de diversas áreas, porém o objetivo é identificar como o RNP se articulou e interferiu ou não no processo.

Como RNP, apenas um registro de fala proferida pela sra. Henny Freitas, durante a 13ª Audiência Pública ocorrida no dia 10 de agosto de 2015. A Audiência Pública era temática

sobre a preservação ambiental e cultural. Nesta fala não foi apresentada nenhuma demanda específica de zoneamento, mas de defesa do verde na cidade e de reconhecimento pelo poder público de áreas já existentes:

Chega a Rede Novos Parques justamente para significar essas áreas porque se você fala, vamos criar parques em São Paulo, esses parques já existem. Se a gente for criar um parque vão demorar centenas de anos para existir, contando com o fator humano de plantar árvores, regar e cuidar daquele espaço. Temos áreas abundantes de verdes em São Paulo. Elas só precisam ser legitimadas pelo poder público porque elas já são usadas pela população. (Câmara Municipal Audiências Vol. 1, pág. 717)

Também é registrado dúvidas sobre o processo participativo e sua efetividade:

Eu questiono o que estamos fazendo nesse espaço? É só falando, um bocejando, outro mexendo no celular, são 22 horas e estamos aqui porque queremos defender o verde, mas para aonde vai toda essa informação? (Câmara Municipal Audiências Vol. 1, pág. 717)

Não há registro nas audiências públicas de falas de pessoas que se apresentaram como participantes da RNP e não ter uma diretoria ou conselhos formalmente estabelecidos, há dificuldade localizar dentro dos registros taquigráficos outros participantes da RNP que possam ter usado da palavra. Ao buscar registros de fala de sr. Augusto Aneas, registrou-se que houve inscrição para fala, porém no momento dela, Aneas não estava presente.

Através de pesquisa notícias da discussão do PL 272/2015, localizamos uma matéria publicada na Folha de São Paulo sobre uma manifestação organização pela RNP que apresenta uma das propostas e demandas do movimento. A proposta da criação de uma nova zona chama de ZERO (Zona Especial de Regeneração Orgânica), onde propõe a regeneração de bairros inteiros através da plantação de árvores.

Ao buscar pela proposta nos registros taquigráficos, localizamos a fala da sra. Mariana Ribeiro durante a mesma audiência onde encontramos a fala de Freitas:

Eu estou trazendo a proposta que acredito que mais de vinte ou trinta pessoas apresentaram e protocolaram aqui, que é uma nova zona, que a gente tem ZEIS, ZEPAC, ZEPAM e pensando na ZEPAM como uma área de preservação onde você ainda pode construir 10% da área, a gente ficou profundamente insatisfeito com esse recurso que, na verdade, é um recurso paliativo, um recurso que ainda não atinge de fato a conservação. Então a gente está propondo a ZERO, que é a Zona Especial de Regeneração Orgânica, ou seja, zero construção em áreas de construção e em áreas de conservação. (Câmara Municipal Audiências Vol. 1, pág. 680)

Apesar da busca de manutenção e expansão das áreas verdes na cidade de São Paulo, não houve pedidos específicos de alteração no mapa, pela RNP questionar a própria classificação proposta no PL 272/2015. Ao buscar criar uma classificação para as zonas, a

ZERO, a RNP não apresentou demandas específicas de demarcação dos parques que representavam.

Não localizamos emendas dos parlamentares citação a RNP ou demandando alterações em áreas de ZEPAM. Das 25 áreas defendidas pelo movimento para manutenção ou alteração para instalação de parques ou preservação, nenhuma foi alterada no processo de tramitação do PL 272/2015.

3.3.2. Associação São Benedito Legal - ASBL

Entre os grupos organizados participantes do processo legislativo em análise neste trabalho, a Associação São Benedito Legal (ASBL) foi escolhida por representar os interesses de uma das ruas mais discutidas durante as Audiências Públicas do PL 272/2015. Foram registradas 173 demandas do caso na discussão sobre o zoneamento que deveria ser adotado na Rua São Benedito, localizada no bairro de Santo Amaro, São Paulo.

Dos 173 registros de demandas, apenas 8 se posicionaram contra a qualquer mudança no zoneamento na Rua Benedito, enquanto 165 expressaram desejo de mudanças.

A ASBL é uma associação de caráter privado com data de abertura em 10 de agosto de 2011, segundo dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. A associação se apresenta como representante de empresas, comerciantes e prestadores de serviços sediados na Rua São Benedito e adjacências e de moradores do entorno.

Entre as intervenções registradas durante as audiências públicas em estudo, a discussão se baseia na defesa da adoção da Zona de Corredor 3 (ZCOR 3) no lado par da Rua São Benedito e de Zona de Centralidade (ZC) no lado ímpar, como constava na proposta original encaminhado pelo Poder Executivo.

A narrativa proposta pela ASBL se baseia na legalização das atividades já existentes na rua e para isso defendem a mudança do zoneamento da rua, que na lei de 2004 foi classificada para Zona Estritamente Residencial (ZER), como podemos verificar através da fala da presidente da ASBL, Maria Auxiliadora Lopes, durante a 24ª Audiência Pública que aconteceu no dia 31 de agosto de 2015 e que tratou sobre o tema de zonas relacionadas às áreas residenciais e de corredores.

Na minuta do PL 272/15 a nossa conquista está cravada através de muita luta, dedicação e clareza no que se busca. Por quê? A São Benedito, em 2004, era para ser uma zona todinha mista, porque as suas extremidades já eram de uso misto, legalmente falando. No entanto, em 2004, na calada da noite, fomos golpeados e amanhecemos com a notícia de que seria estritamente residencial apenas sete quarteirões. Por isso, Srs. Vereadores, esperamos que essa luta, que é tão árdua e que nos é tão cara e que a tanto nos dedicamos, seja atendida: que os senhores possam realmente contemplar a São Benedito com o pleito que foi alcançado no PL 272/15. (Câmara Municipal Audiências, Vol. 1. pág. 1047 e 1048)

A fala traz aspectos de críticas a um processo participativo anterior (2004) que, na opinião da presidente da ASBL, não se mostrou claro e transparente ao ponto do uso de termos como “golpeados” e “calada da noite” pela mesma e um elogios o processo estabelecido no PL 272/2015.

Apesar da formalidade que se coloca por se tratar de uma associação juridicamente estabelecida, as falas durante as audiências públicas não ficaram restritas ao corpo dirigente da ASBL, os registros encontrados em defesa da causa em questão não se apresentavam como representantes das entidades, mas como comerciantes e moradores da região.

Durante a discussão nas audiências públicas, o mote de “legalidade” das atividades já existentes se tornou o ponto principal de defesa da ASBL, porém o processo de participação mostrou-se importante para esclarecer o que estava sendo estabelecido originalmente no PL 272/2015 e suas implicações para a Rua São Benedito.

Ao lado oposto dos interesses defendidos pela ASBL, a Associação dos Amigos do Alto da Boa Vista (SABABV) afirmava que o interesse era trazer incômodos e usos industriais para uma região estritamente residencial, como podemos verificar na fala da sra. Nancy Cardia, da SABABV, registrada na 17ª audiência pública no dia 17 de agosto de 2015:

Eu só tenho uma perguntinha: eu gostaria de entender quais os critérios técnicos que foram aplicados (...) para propor, na Lei 272, se não me engano, a transformação do lado ímpar da Rua São Benedito, no Alto da Boa Vista, em uma ZC - uma Zona Residencial, que permite edifícios residenciais com até oito andares, passa a ser uma ZC. (...) eu gostaria de entender os critérios técnicos que foram utilizados, porque parece impossível se entender uma transformação tão radical que vai permitir dois tipos de uso industrial daquele lado da rua. (Câmara Municipal Audiências, Vol. 1. pág. 787)

Apesar da defesa enfática do zoneamento de ZC e de ZCOR 3 para a rua, nas últimas audiências o embate que seriam permitidas construções com mais verticalização no lado ímpar da rua (ZC) e atividades industriais (nR3), houve uma mudança no discurso. Além da defesa da legalidade, foi inserido no discurso a não permissão de atividades industriais na rua, o que era alegado pelo grupo contrário a qualquer alteração na ZER, a Associação dos Amigos do Alto da Boa Vista (SABABV), como você verificar na fala da presidente da ASBL na 38ª audiência pública, ocorrida em 03 de outubro de 2015:

Por exemplo, com as faixas no Alto da Boa Vista dizendo que vão ser erguidos espigões, que a Rua São Benedito será como a Rua Teodoro Sampaio. Isso é mentira, gente! Estou dizendo isso porque aqui há moradores do Alto da Boa Vista que precisam ser esclarecidos porque fomos a essas casas e as pessoas sequer sabiam direito o que estava acontecendo. No entanto, a Rua São Benedito – como bem colocou a Mara – nunca extrapolou para dentro do bairro. A prestação de serviços existe há décadas na São Benedito, e não queremos usos NR3, não queremos indústrias, apesar de que lá não há como se colocar indústrias. (Câmara Municipal Audiências, Vol. 1. pág. 1711)

O ajuste do discurso levou os mesmos que defendiam ZC e ZCOR 3 para a Rua São Benedito a encontrarem pontos que respondessem aos argumentos da SABABV. A partir

dessa mudança, os moradores iniciaram suas falas com o conteúdo de legalidade das atividades já existentes na rua, a não verticalização e a não permissão para instalação de usos industriais (nR3). Foram registradas 32 manifestações com teor como o exemplo: “*Apoio a mudança de zoneamento da São Benedito como consta no PL 272/15 só não quero os usos NR3 e industriais*” (Tabela, Protocolo: 38042).

O alto número de registros no processo legislativo sobre o tema do zoneamento da Rua São Benedito (173 de 1161 de discussões sobre alteração/manutenção no mapa) indica um alto engajamento dos interessados no processo, seja na presença e manifestação em audiências públicas, como no envio de mensagens via os canais eletrônicos. Não foram registradas manifestações técnicas elaboradas por escritórios contratados, apenas manifestações de comerciantes, prestadores de serviço e moradores.

Entre a versão protocolada pelo Poder Executivo do PL 272/2015 e a versão aprovada em definitivo pela Câmara Municipal, a rua São Benedito partiu da aplicação de ZC no lado ímpar e de ZCOR 3 no lado par, e finalizou com ZCOR 2 em ambos os lados da rua. A solução encontrada através do debate público e participação social durante o processo legislativo, permitiu que a ASBL alcançasse seu objetivo inicial, de legalização das atividades comerciais e de prestação de serviço, porém sem alteração dos critérios de verticalização ou uso mais permissivos e potencialmente incômodos que constavam em uma ZC.

3.3.3. Sociedade dos Amigos, Moradores e Empreendedores de Cerqueira César - SAMORCC

A discussão sobre mudança do zoneamento da Rua Estados Unidos obteve destaque em meios de comunicação como A Folha de São Paulo (Bergamim Jr. & Sant'anna, 2015), O Estado de São Paulo (Veiga, 2015) e Veja SP (Soares, 2015) durante a discussão do PL 272/2015. Como uma das interessadas na manutenção da Rua Estados Unidos como Zona Estritamente Residencial, a Sociedade dos Amigos, Moradores e Empreendedores de Cerqueira Cesar - SAMORCC, junto com outras associações da região como AME Jardins, atuaram com o objetivo inicial de evitar qualquer modificação no zoneamento nos Jardins, especialmente na rua Estados Unidos, ponto que destacamos na análise.

A rua Estados Unidos está localizada no bairro dos Jardins, na cidade de São Paulo, entre os bairros do Jardins, com zoneamento estritamente residencial, e Cerqueira Cesar, com zoneamento misto. Amparada por uma condição imposta pela legislação de 1972, na prática havia uma proteção através de uma faixa de 40 metros que impedia a construção de edifícios com mais de 10 metros ou usos além dos permitidos nas zonas residenciais (Oliveira, 2017, pág. 109), condição mantida pela Lei de Zoneamento de 2004.

As solicitações demandadas pelos moradores da região não se restringiam a simples alteração do zoneamento proposto, com isso foram registradas 42 demandas geradas das audiências públicas sobre o tema da rua Estados Unidos. Como o foco do trabalho são as alterações solicitadas referente ao mapa, foram contabilizadas 24 solicitações de alteração de ZCOR 2 para ZCOR 1.

Nos registros das notas taquigráficas das audiências públicas, a rua Estados Unidos foi citada 152 vezes, tanto em falas de cidadãos, como dos vereadores e representantes do poder executivo, o que demonstra o foco de atuação e a importância que a rua gerou durante o processo participativo.

Através da consulta da inscrição cadastral na Receita Federal, verificamos como data de abertura da SAMORCC no ano de 2001 e como instituição formalmente constituída, possui Estatuto, Diretoria Executiva e Conselhos Deliberativo e Fiscal. Nos registros de fala das audiências públicas, encontramos algumas da presidente da SAMORCC, sra. Célia Marcondes, que defendeu na 1ª Audiência Pública que ocorreu no dia 22 de junho de 2015:

E o que esse plano está fazendo? Está autorizando a construção de centenas de prédios na rua Estados Unidos, onde não cabe mais nenhum condomínio, aliás, ganhamos recentemente na Justiça e até no STJ um processo dizendo que ali nada pode ser

construído. Existe lei. Existe o tombamento, entretanto, estamos levando uma bicicleta da municipalidade e estão tentando deixar construir essas centenas de prédios. Vamos lutar até as últimas consequências porque queremos um bairro verde e com qualidade de vida em São Paulo. (Câmara Municipal de São Paulo, Audiências, Vol. 1, pág. 69)

Dentro da atuação da SAMORCC em defesa de sua pauta, destacamos a contratação de quadros técnicos para apoio no convencimento dos parlamentares, segundo fala do sr. Marcelo, que se apresenta com um dos líderes da associação, durante a mesma Audiência Pública.

E nós – a Samorcc junto com Ame Jardins e Sajep – são mais de quinhentas mil pessoas que moram lá. Contratamos advogados, ambientalistas, arquitetos, urbanistas e vamos entregar a todos os Vereadores, vamos ter uma reunião com cada um dos 55, talvez mais de uma, para tentar colocar para vocês os pontos técnicos que temos do nosso lado. Há várias inconsistências na lei e isso tem de ser repensado. (Câmara Municipal de São Paulo, Audiências, Vol. 1, pág. 69)

Dentro dos grupos selecionados para análise em trabalho, a estratégia tomada pela SAMORCC, junto com as demais entidades, se destaca a contratação de advogados, ambientalistas, arquitetos e urbanistas, além de consultoria em relações governamentais. A contratação de especialistas produziu material que foi protocolado nos gabinetes dos vereadores e faz parte do processo legislativo.

No documento há razões técnicas para a defesa do ponto de vista dos associados da SAMORCC, como o impacto no viário das mudanças no zoneamento, o potencial de perda de vegetação com mudanças e citação das legislações que amparam a situação da rua Estados Unidos antes do PL 272/2015. Além disso, há registro da participação dos contratados nas Audiência Públicas, como a do arquiteto Flaminio Fischman na 21ª audiência pública ocorrida no dia 24 de agosto de 2015.

Recentemente, fomos contratados pelo Movimento Mais Bairros Verdes, pela Samorcc – Sociedade dos Amigos, Moradores e Empreendedores do Bairro de Cerqueira Cesar e pelo Movimento SOS Estados Unidos para a elaboração de um estudo de impacto que as mudanças de zoneamento produziram no trânsito e no transporte público em Cerqueira César. (...) Resumindo, essas duas contribuições na região deverão atrair 149 mil viagens em uma área de 3,8 quilômetros quadrados, um impacto muito grande no sistema viário e de transportes da região. (Câmara Municipal de São Paulo, Audiências, Vol. 1, pág. 1083 e 1084)

A demanda apresentada pela SAMORCC não obteve contrários nas discussões das audiências públicas. A contrariedade se mostrou contra o Poder Executivo que havia enviado a proposta com a modificação do zoneamento. Não houve grupo ou indivíduo que se manifestou contra a demanda.

Como podemos verificar na fala do então secretário municipal de Desenvolvimento Urbano, sr. Fernando de Melo Franco, em resposta às falas dos integrantes da SAMORCC ainda na primeira audiência pública, a mesma onde foram registradas as falas acima da sra. Célia e do sr. Marcelo.

Por exemplo, falou-se muito na Rua Estados Unidos. Como está a Rua Estados Unidos, hoje, no projeto de lei enviado à Câmara Municipal de São Paulo? A Rua Estados Unidos está como Zona Corredor, onde há um limite de gabarito de 10 metros e onde é proibido construir arranha-céus. A faixa não tem implicação porque é o lote que é. (...) eu acho que há necessidade de uma leitura atenta porque muitas das coisas que foram ditas aqui já estão contempladas pelo processo. (Câmara Municipal de São Paulo, Audiências, Vol. 1, pág. 111)

Já em uma das últimas audiências públicas, ocorrida no dia 03 de outubro de 2015, o sr. Daniel Todtmann Montandon, representante do Poder Executivo na audiência, explicou a defesa da escolha da aplicação da ZCOR 2 para a rua Estados Unidos, aprofundando em um dos argumentos apresentados inclusive nos estudos técnicos apresentado pela SAMORCC, o aumento de tráfego advinda da alteração:

Não vamos aplicar o mesmo raciocínio para todo mundo que for em comércio em ZCor vai de carro. Isso não é verdade e se não é verdade significa que ZCor não é grande geradora de tráfego. Esse ponto é fundamental porque se resolvermos não diversificar o uso do solo porque é gerador de tráfego, isso não é verdade porque estamos em momento de mudança de cultura. As pessoas vão mais a pé nessas áreas, é um comércio de vizinhança, está na definição do que é o NR-1 e o NR-2. Chamo atenção para isso porque é muito importante para definirmos a tipologia de ZCor e a incidência de ZCor com a ZER. É uma questão de fundamento. Outra questão de fundamento – não tem a ver com ZCor, mas reverbera em ZCor – é que o uso do solo diversificado ajuda a reduzir deslocamentos. As pessoas não vão precisar pegar carro para ir à padaria. Vejo muito o pessoal do Morumbi fazendo essa crítica, para comprar pão, cigarro tem que ir de carro. Outra questão é que a diversidade do uso do solo ativa melhor o espaço público. Há uma relação melhor da dinamização do espaço público que contribui muito com a questão da Segurança. (Câmara Municipal de São Paulo, Audiências, Vol. 1, pág. 1729 e 1730)

Diferente de outras discussões ocorridas nas audiências públicas, onde era possível identificar uma polarização entre dois grupos, como na rua São Benedito, na rua Estados Unidos a defesa da primeira proposta pelo Poder Executivo se baseava em uma visão urbana e busca pelo uso diversificado dos espaços.

Entre a primeira versão apresentada do zonamento para a rua Estados Unidos e a versão aprovada pela Câmara Municipal, houve a alteração de ZCOR 2 para ZCOR 1. Parte dos moradores não se mostrou totalmente satisfeita com a solução, como podemos verificar na fala na 5ª Audiência Pública devolutiva que ocorreu em 2 de dezembro de 2015, na fala do sr. Romano Vizzoto, integrante do grupo interessado na manutenção do zoneamento da rua Estados Unidos: *“Esse é o fundamental: nós não fomos atendidos ainda. (Palmas) o que*

queremos que não seja deteriorado nosso bairro. É simples assim - e isso ainda não aconteceu.” (Câmara Municipal, Audiências, Vol. 1. pág. 2266)

Para o relator do PL 272/2015, o vereador Paulo Frange, a discussão do ponto trazido pelo movimento de manutenção do zoneamento na rua Estados Unidos, foi útil para aplicar a ZCOR como zona de amortecimento entre as áreas residenciais e áreas adensadas. Além de uma modificação no texto que trouxe a proibição de acesso por via paralela interna e de remembramento e de desdobro de lotes no sentido transversal.

Essa discussão acabou com um artigo da lei dizendo que, quando é lindeiro às zonas de eixo ou zonas de centralidade, nós temos a oportunidade de utilizar os dois lados das diversas regiões receberam o mesmo tratamento via como zona corredor. Literalmente empurrando os bairros para dentro do bairro para que eles não formem uma parede aqui do lado, criando uma figura de zona de transição entre a zona residencial e a zona de maior densidade, que são as zonas de eixo e de centralidade. Isso trouxe um conforto bastante interessante e foi aplicado na Cidade toda. (Câmara Municipal de São Paulo, Audiências, Vol. 1, pág. 2050)

Apesar da insegurança relatada por alguns moradores da região com a questão da retirada da faixa de 40 metros, a alteração no mapa, atrelada com a alteração nos artigos do PL 272/2015, confirmou que a participação social no processo legislativo se mostrou importante para que a demanda da SAMORCC fosse parcialmente atendida.

4. O LONGO CAMINHO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PROCESSO LEGISLATIVO

Este trabalho buscou trazer contribuições para a discussão sobre a influência da participação social durante o processo legislativo municipal, utilizando com base o estudo de caso da tramitação do PL 272/2015 na Câmara Municipal de São Paulo. Para tanto, foram apresentadas três origens de dados para realizar a triangulação e interpretação do caso.

Como o objetivo do trabalho se estabelece com uma análise com recorte no parlamento municipal, utilizou-se os dados presentes apenas no processo legislativo.

O primeiro dado para buscar a influência da participação social foi o conteúdo dos discursos dos parlamentares durante a discussão do referido PL durante as sessões em plenário. O objetivo foi identificar a relação entre as falas e as demandas apresentados pelos munícipes em audiências públicas.

Como segundo dado, busca-se identificar as alterações realizadas nos mapas do PL 272/2015 entre sua entrada na Câmara Municipal e sua aprovação definitiva. Após essa identificação, buscou-se a origem delas olhando para o conteúdo do processo legislativo, ou seja, protocolos de documentos, falas em audiências públicas, emendas parlamentares e discussão em plenário.

Esse segundo dado resultou em um mapa com as alterações realizadas e classificadas em três grupos: audiências públicas, parlamentares e não identificadas.

O último dado destacado foi a participação de grupos de interesses no processo, sendo selecionados os casos da atuação do movimento Novos Parques, da SAMORCC e da ASBL. Cada grupo buscava interesses distintos e atuaram com estratégias diferentes, derivando em resultados igualmente distintos.

Os resultados da análise dos discursos dos parlamentares a princípio indicam que há influência da participação social na construção dos discursos dos representantes. Entre citações analisadas, 137 mostram influência positiva ou neutra, sendo 50 neutras. Porém ao olhar a classificação com mais profundidade, encontramos apenas 19 citações que mostram a influência da participação direta dos cidadãos através das audiências públicas.

Por outro lado, há 31 citações positivas relacionadas com democracia e 24 relacionadas com participação social em seus aspectos mais genérico. Isso indica que há influência da participação, porém não de forma direta.

Na última referência de dados selecionados para este estudo de caso, a análise do resultado no mapa que mostra as alterações ocorridas no mapa define o zoneamento dos lotes. Esse levantamento mostra uma quantidade maior de alterações que não pudemos identificar (274) a origem.

Debatendo esse dado com o problema em discussão neste trabalho, podemos afirmar que apesar da participação social ter influência no processo legislativo, já que 119 alterações têm sua origem em audiências públicas, a maior parte possui uma origem não identificada.

Ao analisar a atuação dos grupos de interesse, primeiramente é importante ressaltar as estratégias diferentes de cada um. O movimento Novos Parques buscou uma atuação orgânica e descentralizada. Por características próprias do movimento, optou-se por não focar em demandas específicas de demarcação de áreas em ZEPAM, mas por apresentar uma demanda sistêmica para a pauta de reivindicação.

A chamada ZERO, se acolhida, iria atender as demandas de proteção de áreas que os movimentos originários do Novos Parques apresentaram. Ao escolher uma estratégia de demanda ampla, não alcançaram o objetivo original de proteção das áreas específicas. Não houve alterações advindas de reivindicações do Novos Parques.

A SAMORCC, junto com outras associações da região, escolheu uma estratégia de profissionalização para alcançar seu objetivo. A contratação de especialistas em políticas públicas, relações governamentais, arquitetos, engenheiros e urbanistas mostrou como um fator importante para influenciar na tramitação do PL 272/2015.

Também foi clara o engajamento e a participação dos moradores interessados nas audiências públicas e a defesa de uma pauta clara e objetiva. Esses pontos se mostraram importantes e que, conjugado com a atuação profissional, levaram a resultados positivos para a SAMORCC. O zoneamento final da Rua Estados Unidos manteve maioria das restrições estabelecidas no zoneamento anterior.

Se por outro lado a ASBL não teve a contratação de especialistas, por outro mostrou um forte engajamento e atuação dos interessados nas audiências públicas. A mudança da demanda defendida pela associação, aconteceu durante o processo participativo ao ser confrontada pela SABABV de sua proposta inicial.

O entendimento da necessidade de alteração da apresentação da demanda inicial conduziu a ASBL a alcançar seu objetivo inicial, ou seja, a permissão de uso para os comerciantes e prestadores de serviços já presentes na rua São Benedito.

Ao olhar para as diferenças na atuação dos grupos de interesses e seus resultados, podemos afirmar que aqueles que apresentaram demandas claras e específicas, atrelada a um engajamento constante em audiências públicas e atuação direta nos gabinetes dos vereadores, obtiveram mais sucesso.

Relacionando os três dados em discussão, podemos levantar temas para o debate e que contribuirão para caminhos na construção da resposta ao problema em questão. Apesar do uso em discursos, por parte dos parlamentares, de valores democráticos e da valorização da participação social durante o processo legislativo, não podemos afirmar o mesmo nas alterações realizadas no mapa.

Podemos afirmar que a participação em audiência pública pode sim trazer alterações no processo participativo. Tanto a atuação dos grupos de interesse, como alterações no mapa, tem o registro de suas demandas em audiências públicas. Também é possível relacionar e encontrar demandas apresentada em audiência pública nos discursos dos parlamentares.

Os resultados das análises dos mapas também trazem um dado relevante e que chama a atenção. A discrepância dos resultados encontrados nas diferentes subprefeituras da cidade. Enquanto a região da subprefeitura de Sapopemba não apresentou nenhuma alteração com origem de uma Audiência Pública, na subprefeitura do Butantã foram encontrados 25, na de Santo Amaro 15 e na de Pinheiros 13.

Apenas essas três subprefeituras apresentaram 40% das alterações registradas no mapa e solicitadas em Audiências Públicas. Esse dado atrelado à tabela que relaciona as alterações ao IDHM de cada subprefeitura traz um dado mais alarmante.

Mais de 73% das solicitações atendidas com origem em Audiências Públicas estão localizadas em regiões (12) com alto índice de desenvolvimento humano (maior de 0,800), enquanto os outros 17% estão em regiões com IDHM médio (menor que 0,800). Há apenas um caso, a região do Jabaquara, que apesar do IDH alto (0,816), não foram identificadas alterações de solicitações de Audiência Públicas.

Esses dados demonstram que há uma grande diferença da inferência da participação social diante da situação de desenvolvimento humano da região, que abrange aspectos renda, saúde e educação.

Diante de uma situação tão desigual, apesar de encontrarmos pontos positivos da participação social na tramitação do PL 272/2015, há um longo caminho para que esse seja mais equânime.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho discutimos como a participação social influencia o processo legislativo em uma cidade. Para contribuir para uma definição de cidade inteligente que abrange além dos conceitos de aplicação da tecnologia, o referencial teórico nos mostrou que é necessário incluir outros aspectos em sua definição.

A democracia como espaço de discussão na qual a complexidade urbana se apresenta, ficou claro no levantamento da importância da democracia no conceito de cidade inteligente. O trabalho trouxe um esforço de levantar como a aplicação desses conceitos se faz no contexto da cidade de São Paulo.

Como nos trouxe Purcell, a questão da escala se mostra relevante e o embate entre interesse público e interesse privado ficou latente nas discussões nas Audiências Públicas. Esse aspecto reforça o que o ODS 16 traz para criar espaços de discussão e tomada de discussões que sejam ao mesmo tempo responsivos, inclusivos, participativos e representativos.

A oportunidade de analisar a discussão de um projeto de lei complexo e abrangente como a revisão da lei de uso, ocupação e parcelamento do solo, trouxe evidências que contribuem para como a cidade se relaciona e dá importância para a democracia. Tendo como palco de análise o maior parlamento municipal da América Latina, o foco foi olhar para o processo legislativo e levantou dados da participação social.

Tendo em vista o desenvolvimento do trabalho, podemos afirmar que a participação social influencia o processo participativo. Da mesma forma, podemos afirmar que não é o único ator e, como demonstramos ao levantar as alterações ocorridas no mapa que define os zoneamentos, tampouco o principal.

Para além da importante discussão teórico, este trabalho tem como contribuição o levantamento em dados abertos da participação social durante a tramitação do PL 272/2015. Os dados estão disponíveis em <http://u.osmfr.org/m/584612/> e abrem um caminho para que futuros estudos aprofundem na análise, como nos temas em discussão, sua distribuição territorial, ou ainda relacioná-los com indicadores, como fizemos com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

Como uma possível solução para os formuladores de políticas públicas, especialmente no poder legislativo municipal, a transparência e acessibilidade dos dados deve ser um dos focos

de aprimoramento. A disponibilidade clara e de fácil acesso de como as decisões são tomadas e sua publicidade não podem atender apenas a formalidade legal.

Os dados utilizados para a formatação do mapa disponibilizado por esse trabalho já estavam presentes no processo legislativo, porém não traziam o retorno das demandas daqueles que participaram das audiências públicas de uma forma acessível. A utilização de mapas no momento da discussão de projetos de lei de planejamento urbano pode trazer mais clareza para os participantes.

Para responder ao problema de pesquisa não foi necessária aprofundar nos achados referentes às alterações não identificadas ocorridas no mapa do zoneamento. Não constar no processo legislativo todas as interações possíveis, prejudica a análise desses dados, não sendo possível registrar afirmações sobre elas. Como as ferramentas já existentes e utilizadas pelo legislativo paulistano é possível dar maior transparência a essas informações para aprimoramento do processo legislativo.

A participação social é um instrumento que valida o processo legislativo e tem a potência de alterar a percepção de grupo de interesse, como foi visto no caso da rua São Benedito, mas também pode se mostrar ineficiente para grupos como o caso da Rede Novos Parques.

O processo legislativo se coloca com a obrigação de ser abrangente e legalista, enquanto movimentos não institucionalizados e não hierárquicos trazem uma linguagem diferente e procuram estabelecer uma discussão sistêmica, para além de questões específicas. Essa diferença se mostra como um desafio para a Câmara Municipal e para a democracia participativa institucionalizada como um todo.

Grupos que se organizam de forma institucionalizada e geram engajamento local, como a SAMORRC e ASBL, tiveram maior efetividade em suas demandas em comparação com o movimento Rede Novos Parques. Aspectos de renda, educação e saúde indicam que influenciam na participação social e em seu resultado prático, como vimos ao relacionar os resultados dos mapas com o IDHM.

A construção de cidades inteligentes passa pela construção da democracia local. A complexidade dos tempos, como levantada por Castell, nos leva a atuar ora como “programadores”, ora como “switches” das alterações geradas como sociedade.

Para a formação de uma democracia que responda nos aspectos de poliarquia que Dahl desenvolveu ainda é necessário um aprimoramento institucional que permita que diversos atores tenham o mesmo acesso às decisões. O resultado do trabalho mostra que há alguns que conseguem esse acesso e outros que não atingem o mesmo resultado.

A questão não está em atender a todos, o que é impossível, mas em responder de forma clara utilizando o potencial da esfera pública para atender a essa troca que a participação social permite acontecer.

Criar espaços acolhedores da participação social, se mostra como um desafio para o contexto urbano e não se pode esperar respostas prontas ou conceitos que perfeitamente se encaixem na realidade. O processo participativo do PL 272/2015 mostra que há sim participação social que influencia o processo legislativo, porém a não identificação de todos os aspectos que possuem o mesmo poder, se mostra um risco. O cuidado deve ser de que a construção dessa cidade não utilize a democracia participativa como instrumento de legitimação de sua aplicação parcial, ou do interesse da minoria, como Villaça afirma, assim perdendo as características que Habermas define como esfera pública, ou seja, um espaço onde as opiniões e ideias encontram o seu fluxo.

6. REFERÊNCIAS

- Augusto, L. (2015). *Participação social no processo legislativo federal: um estudo da Comissão de Legislação Participativa (CLP), da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e da iniciativa popular de lei*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas. Acesso em 14 de Maio de 2020, disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13706>
- Austen-Smith, D., & Wright, J. (1992). Competitive lobbying for a legislator's vote. *Social Choice and Welfare*, 9(4), pp. 229-257. doi:10.1007/bf00192880
- Avritzer, L. (September de 2006). New Public Spheres in Brazil: Local Democracy and Deliberative Politics. *International Journal of Urban and Regional Research*, 30(3), pp. 623-637. doi:10.1111/j.1468-2427.2006.00692.x
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bauman, Z. (2000). *Liquid Modernity*. Polity Press.
- Benevides, M. (1994). Cidadania e Democracia. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*(33), 5-16. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451994000200002>
- Benevides, M. V. (1991). *A Cidadania Ativa*. São Paulo: Editora Ática.
- Bergamim Jr., G., & Sant'anna, E. (04 de 06 de 2015). *Bairros nobres de SP temem 'invasão' do comércio com novo zoneamento*. Fonte: Folha de São Paulo: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/06/1637776-bairros-nobres-de-sp-temem-invasao-do-comercio-com-novo-zoneamento.shtml>
- Beveridge, R., & Koch, P. (1 de 2017). The post-political trap? Reflections on politics, agency and the city. *Urban Studies*, 1, pp. 31-43. doi:<https://doi.org/10.1177/0042098016671477>
- Blühdorn, I. (2013). The governance of unsustainability: ecology and democracy after the post-democratic turn. *Environmental Politics*, 22(1), pp. 16-36. doi:<https://doi.org/10.1080/09644016.2013.755005>
- Castells, M. (2000). *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- Castells, M. (2011). A Network Theory of Power. *International Journal of Communication*, pp. 773-787.

- Coelho, V. (2004). Participação e deliberação na teoria democrática. Em V. Coelho, & M. Nobre, *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo* (pp. 21-62). São Paulo: Editora 34.
- Coutinho, D., Kira, B., Lessa, M., & Castro, H. (2017). Participatory democracy and law-making in contemporary Brazil. *The Theory and Practice of Legislation*, 5, pp. 225-243. doi:10.1080/20508840.2017.1407073
- Creswell, J. (2007). *Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed.
- Dahl, R. (12 de 1967). The City in the Future of Democracy. *The American Political Science Review*, 61, pp. 953-970.
- Dahl, R. (2005). *Poliarquia: Participação e Oposição*. (C. Paciornik, Trad.) São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Dahl, R. (2012). *A democracia e seus críticos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Dantas, H. (2008). Direitos Políticos e Participação Popular: entre o desejo e a cultura política nacional. Em S. Praça, & S. Diniz, *Vinte anos de Constituição* (pp. 227-246). São Paulo.
- Davison, M. (8 de 2009). Social sustainability: a potential for politics? *Local Environment*, pp. 607-619. doi:https://doi.org/10.1080/13549830903089291
- Dempsey, N., Bramley, G., Power, S., & Brown, C. (2011). The social dimension of sustainable development: Defining urban social sustainability. *Sustainable Development*, 19, pp. 289-300. doi:https://doi.org/10.1002/sd.417
- Denzin, N., & Lincoln, Y. (2006). *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed.
- Garbelotto, Y. (2017). *Para entender a participação social em âmbito local: um estudo da ferramenta CLEAR*. Dissertação (Mestrado Profissional) em Ambiente, Saúde e Sustentabilidade, Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, São Paulo.
- Habermas, J. (2003). *Direito e Democracia* (Vol. 2). (F. Siebeneichler, Trad.) Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Hall, R. L., & Deardorff, A. V. (February de 2006). Lobbying as Legislative Subsidy. *American Political Science Review*, 100, pp. 69-84. doi:https://doi.org/10.1017/S0003055406062010

- Hendriks, C. M. (5 de 2009). Policy design without democracy? Making democratic sense of transition management. *Policy Sciences*, pp. 341-368. doi:<https://doi.org/10.1007/s11077-009-9095-1>
- Hojnacki, M., & Kimball, D. (Dec. de 1998). Organized Interests and the Decision of Whom to Lobby in Congress. *The American Political Science Review*, 92(4), pp. 775-790. doi:<https://doi.org/10.2307/2586303>
- Koonings, K. (2004). Strengthening Citizenship in Brazil's Democracy: Local Participatory Governance in Porto Alegre. *Bulletin of Latin American Research*, 23(1), pp. 79-99. doi:[doi:10.1111/j.1470-9856.2004.00097.x](https://doi.org/10.1111/j.1470-9856.2004.00097.x)
- Lavalle, A., Houtzager, P., & Acharya, A. (2004). Lugares e Atores da Democracia: Arranjos institucionais participativos e sociedade civil em São Paulo. Em V. Coelho, & M. Nobre, *Participação e Deliberação: Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil contemporâneo* (pp. 343-369). São Paulo: Editora 34.
- Lefebvre, H. (2019). *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG.
- Lei nº 10.257, d. 1. (2001). *Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências*. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm
- Levy, W. (jan/jun de 2008). As relações entre esfera pública e democracia no pensamento de Jürgen Habermas. *Direito, Estado e Sociedade*(32), pp. 219-238.
- Mantovaneli Jr., O., & Sampaio, C. (Mai./Ago. de 2007). Sustentabilidade política e administrativa: contribuições para a reformulação da agenda para o ecodesenvolvimento. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 1, pp. 3-21.
- Marino, C. (2018). *Cidade em festa, cidade em disputa: ativismo e apropriação do espaço urbano em São Paulo no início do século XXI*. São Paulo: Tese (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie. Fonte: <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/3783>
- Martins, G. (2006). *Estudo de Caso: uma estratégia de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Nações Unidas. (14 de Maio de 2020). *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Fonte: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>
- Peters, M. (2019). Can democracy solve the sustainability crisis? Green politics, grassroots participation and the failure of the sustainability paradigm. *Educational Philosophy and Theory*, 51(2), pp. 133-141. doi:<https://doi.org/10.1080/00131857.2017.1388657>

- Pinto, C. (2017). A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). *Lua Nova*(100), pp. 119-153.
- Posner, P. (2003). Local democracy and popular participation: Chile and Brazil in comparative perspective. *Democratization*, 10(3), pp. 39-67. doi:doi:10.1080/13510340312331293927
- Purcell, M. (October de 2006). Urban Democracy and the Local Trap. *Urban Studies*, 43(11), pp. 1921-1941. doi:10.1080/00420980600897826
- Purcell, M. (2007). City-Regions, Neoliberal Globalization and Democracy: A Research Agenda. *International Journal of Urban and Regional Research*, pp. 197-206. doi:https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2007.00714.x
- Rancière, J. (2014). *O ódio à democracia*. Boitempo.
- Regimento Interno Câmara Municipal de São Paulo*. (2021). Fonte: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/wp-content/uploads/2021/01/RC291C.pdf>
- Schumpeter, J. (1961). *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. (R. Jungmann, Trad.) Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Soares, J. (11 de 07 de 2015). *Discussões sobre Lei de Zoneamento antecipam disputa eleitoral* . Fonte: Veja SP: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/lei-zoneamento-disputa-eleitoral-prefeitura/>
- Swyngedouw, E. (9 de 2011). Interrogating post-democratization: Reclaiming egalitarian political spaces. *Political Geography*, 7, pp. 370-380. doi:https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2011.08.001
- United Nations. (2015). *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. General Assembly. Acesso em 14 de Maio de 2020, disponível em https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E
- Vallance, S. (2011). What is social sustainability? A clarification of concepts. *Geoforum*, 42(3), pp. 342-348. doi:10.1016/j.geoforum.2011.01.002
- Veiga, E. (2015). *Para onde vai São Paulo*. Fonte: O Estado de São Paulo: <https://infograficos.estadao.com.br/cidades/para-onde-vai-sao-paulo/capitulo-1.php>
- Villaça, F. (2005). *As ilusões do plano diretor*. São Paulo: Edição do Autor.
- Yin, R. (2001). *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman.

II - Matriz da Revisão Sistêmica de Literatura

Authors	Title	Year	Citedby	DOI	Abstract	Hipotético / Observado	Relevante / Não Relevante	Categoria
Abu-Shanab E., Harb Y.	E-government research insights: Text mining analysis	2019	1	10.1016/j.elerap.2019.100892	Research on e-government is attracting more attention from scholars and growing exponentially. A wide spectrum of studies has explored a variety of topics to lay the foundations of this research area. The aim of this study was to extend our knowledge of e-government and investigate dominant and future research directions. To that end, this paper attempted to explore published research in the e-government discipline using the reported keywords for a large selection of journals. This study provided a text mining-based review of 2018 articles collected from 11 journals using 12,692 keywords. The results indicated that new topics like open government, smart cities, and analytics have recently been attracting more research. Researchers continue to pursue areas like governance, e-government adoption, e-participation, e-democracy, administration and procurement topics. Finally, researchers' quest for a theory or framework that guides the study of e-government has faded. More details are reported in this study. © 2019 Elsevier B.V.	Hipotético	Relevante	HR
Basu I.	Elite discourse coalitions and the governance of 'smart spaces': Politics, power and privilege in India's Smart Cities Mission	2019	2	10.1016/j.polgeo.2018.11.002	This article reveals the elite discourse coalition which frames the priorities and institutional arrangements of the Smart Cities Mission in India. After locating the SCM within India's neoliberal urban policy trajectory and the new elite coalition it encompasses I describe three separate elite discourses: Modi's technocratic nationalism IT and consulting firms' technological utopia and middle class urban citizenship. Together the discourses have: shifted the moral sphere of urban policy from inclusive rights to exclusive privilege, privatised governance instead of local democracy and turned digital technocracy into a simplified solution for structural problems of urban inequality. While the elite discourses contest each other on certain areas which could lead to delays and	Observado	Não Relevante	ON

					stops in Smart City projects, together they have left the imprint of an elite led governance arrangement for urban planning and development in India. © 2018			
Boossabong P., Chamchong P.	The practice of deliberative policy analysis in the context of political and cultural challenges: lessons from Thailand	2019	4	10.1080/01442872.2019.1618815	This article draws upon insight from a study of those involved in introducing deliberative policy analysis in Thailand at the city scale and presents lessons for both policy practitioners and scholars. The design of each deliberative forum differed, depending on lessons learned from previous forums and the consensus that emerged as a result of deliberation amongst forum facilitators. The underlying principle of this kind of deliberative design is to make deliberative processes authentic, by avoiding coercion, inclusive, by engaging stakeholders who bring forth different ideas, and impactful. To make these forums more exciting, deliberative practices are often linked to other attractive discourses, such as those surrounding smart cities, creative spaces and inclusive development. The case of Thailand sheds light on emerging challenges involved in the practice of deliberative policy analysis in the context of both national political regimes that are not democracies and those in the East. © 2019, © 2019 Informa UK Limited, trading as Taylor & Francis Group.	Observado	Relevante	OR
Boukchina E., Mellouli S., Menif E.	From citizens to decision-makers: A natural language processing approach in citizens' participation	2018		10.4018/IJEPR.2018040102	Citizens' participation is a form of democracy in which citizens are part of the decision-making process with regard to the development of their society. In today's emergence of Information and Communication Technologies, citizens can participate in these processes by submitting inputs through digital media such as social media platforms or dedicated websites. From these different means, a high quantity of data, of different forms (text, image, video), can be generated. This data needs to be processed in order to extract valuable data that can be used by a city's decision-makers. This paper presents natural language processing techniques to extract valuable information from comments posted by citizens. It applies the Latent Semantic	Hipotético	Relevante	HR

					Analysis on a corpus of citizens' comments to automatically identify the subjects that were raised by citizens. Copyright © 2018, IGI Global.			
Caetano B., Paula M., De Souza J.	SoPa: A Social Media for a Participatory Society	2020		10.1109/ACCESS.2020.2986644	The recent political, economic, and social situation has given rise to question on the part of citizens regarding their own space for political participation. Social movements in the form of protests are an example of this growing need for society's participation. One thing that can expand these possibilities is technology. It is correct to affirm that the advancement of smart city and popularization of technology-more specifically, of social media-has established new opportunities to expand these virtual spaces. In line with this scenario, there are several initiatives whose objective is to develop tools that facilitate or promote citizen participation. However, there are still many issues that need to be investigated in order for the use of these tools to be effective. The objective of this work was to propose a tool that facilitates the discussion of societal problems by citizens. In the analysis of the results-obtained through an experiment with users to evaluate the effectiveness of the tool-it could be seen that, although the majority of users agreed that the discussion model and the proposed problem register can contribute to the real solution of the problem, it could also be seen that citizens still lack motivation and engagement-something that needs to be studied and improved. © 2013 IEEE.	Hipotético	Relevante	HR
Cano J., Hernandez R., Ros S.	Distributed framework for electronic democracy in smart cities	2014	11	10.1109/MC.2014.280	Architectural modules based on dual citizen and government participation platforms provide an economically viable way to implement, standardize, and scale services and information exchange-functions essential to citizens' participation in a smart city democracy. © 2014 IEEE.	Hipotético	Relevante	HR

Casares A.P.	The brain of the future and the viability of democratic governance: The role of artificial intelligence, cognitive machines, and viable systems	2018	3	10.1016/j.futures.2018.05.002	<p>At a time when smartphones, smart-homes, smart-cities, wearables, factories, etc., are becoming increasingly omnipresent, shall we also expect technological progress in artificial intelligence (AI) to result in the emergence of smart-governments and nations? The field of AI, and more broadly the development of artificial cognitive machines, is making breathtaking advances. A significant increase in computing power is enabling the rapid adoption of a new paradigm of AI, whereby cognitive machines are no longer programmed line by line, instruction by instruction, but instead are now capable of learning autonomously, thereby continuously developing themselves. The new paradigm is unleashing extraordinary progress in a wide range of applications, from healthcare to transportation and even the justice system; at the same time, these new forms of intelligence are making decisions in complex ways that escape the limits of human comprehension. The technological transformation driven by artificial cognitive machines is already beginning to have far reaching consequences, some unintended, at a scale and pace which exceeds even that of the first and second industrial revolutions. This paper aims to discuss these implications, both with an ontological and epistemological perspective, to assess the potential challenges for the systemic viability of democratic societies: a fundamental change in the nature of economic wealth creation, which could raise significant social tensions, combined with the paradoxical reduction in the effectiveness of human communication. It then explores the potential role of artificial cognitive machines to address its own challenges, introducing the idea of a future brain for public governance, understanding brain as an emergent property resulting from the interaction of human agents and AI systems created to address the priorities of social organizations. © 2018</p>	Hipotético	Relevante	HR
--------------	---	------	---	-------------------------------	--	------------	-----------	----

Charnock G., March H., Ribera-Fumaz R.	From smart to rebel city? Worlding, provincialising and the Barcelona Model	2019	6	10.1177/0042098019872119	<p>This article examines the evolution of the 'Barcelona Model' of urban transformation through the lenses of worlding and provincialising urbanism. We trace this evolution from an especially dogmatic worlding vision of the smart city, under a centre-right city council, to its radical repurposing under the auspices of a municipal government led, after May 2015, by the citizens' platform Barcelona enComú. We pay particular attention to the new council's objectives to harness digital platform technologies to enhance participative democracy, and its agenda to secure technological sovereignty and digital rights for its citizens. While stressing the progressive intent of these aims, we also acknowledge the challenge of going beyond the repurposing of smart technologies so as to engender new and radical forms of subjectivity among citizens themselves; a necessary basis for any urban revolution. © UrbanStudiesJournalLimited 2019.</p>	Observado	Relevante	OR
Chong M., Habib A., Evangelopoulos N., Park H.W.	Dynamic capabilities of a smart city: An innovative approach to discovering urban problems and solutions	2018	17	10.1016/j.giq.2018.07.005	<p>With the recent increase in urban population worldwide, and the emergence of big data analytics, there is a growing interest in research on how cities are actively reconstructing themselves into a smart and sustainable city. Research studies have shown that the smart city system primarily focuses on integrating three components: economic, environmental, and social. The social component includes participatory democracy with citizen engagement. In many cases, smart cities focus on discovering answers for various urban problems through the adoption of Information Communication Technologies (ICTs) designed to collect citizen feedback, or provide knowledge resources that can improve the quality of urban life. However, there are very few studies that attempt to close the information loop and link problems to solutions in one, unified framework. The purpose of this study is to demonstrate such a unified approach. Using the theoretical lens of dynamic capabilities, we expand the definition of a smart city to include the notion of an urban organization with dynamic capabilities, which</p>	Observado	Relevante	OR

					operates within cycles of 'sense', 'seize', 'align', and 'transform' functions. Our case study focuses on the 'sense' and 'seize' steps, describing a medium-size city in Texas, where an open-ended survey is used as a collection instrument for citizen input and concept-based analytics are employed to convert such input into actionable insights. Our approach has the potential to assist policy makers in designing a comprehensive strategy toward the goal of the smart city. © 2018 Elsevier Inc.			
Concilio G., Deserti A., Rizzo F.	Exploring the interplay between urban governance and smart services codesign	2014	4		The large spreading of e-democracy and e-participatory tools and environments showed, and is still showing, that technologies offer new direction for dealing with the challenge of scaling the deliberative democracy perspective up to the urban governance scale [24] [37]. The recent growth of Urban Living Labs and Human Smart City initiatives is disclosing a promising bridge between the micro-scale of decision and the mechanisms of urban governance [34] [35] [9]. In coherence with these perspectives, the article reports on the interplay between urban governance and the co-design of smart services in urban transformation as it has been observed and analysed in the two European research projects Periphèria (www.periphèria.eu, Grant Agreement No.: 271015) and MyNeighbourhood (www.my-neighbourhood.eu, Grant agreement no.: 325227). The article also discusses the value of service codesign as a strategic practice to experiment new participatory governance in smart cities.	Observado	Relevante	OR
D'Asaro F.A., Di Gangi M.A., Perticone V., Tabacchi M.E.	Computational Intelligence and Citizen Communication in the Smart City	2017	6	10.1007/s00287-016-1007-0	Information and communication are at the core of the intelligent city of tomorrow, and the key components of a smart city cannot prescind from data exchanges and interconnectedness. Citizen communication is an integral part of the smart city's development plans: freedom of information and involvement in collective decisions, e-democracy and decision-making feedback can be greatly enhanced in an intelligent city, and, among other smart city components, foster a new era of participation and wise decisions. In this contribution we describe the	Hipotético	Relevante	HR

					methodologies that can be implemented in order to correctly develop automatic recognition systems for citizen communication, paying special attention to computational intelligence approaches, and how such methodologies could be usefully employed in the essential task of understanding linguistic registers, and suggest how the use of argumentation techniques can be beneficial to citizen communication. © 2016, Springer-Verlag Berlin Heidelberg.			
De Filippi F., Coscia C., Guido R.	From smart-cities to smart-communities: How can we evaluate the impacts of innovation and inclusive processes in urban context?	2019	5	10.4018/IJEPR.2019040102	Nowadays, through ICT supports and their applications, the concept of smart cities has evolved into smart communities, where the collaborative relationship between citizens and public administration generates multi-dimensional impacts: urban sites are living labs and agents of innovation and inclusion. As a first step, this article aims to critically review the state of the art of the assessment methods of these impacts through a set of synthetic indicators; the second step is to elaborate a specific framework to evaluate quality of life through a set of impact indicators for smart communities and inclusive urban processes. According to some referenced authors, cities and communities are smart if they perform well in six smart categories: smart economy; smart people; smart governance; smart mobility; smart environment; and smart living. Considering a recent experiment carried out in Turin (Italy), the authors propose a methodology, whose trial is ongoing, based on a hierarchical multiscale framework defining a set of smart community indicators. © 2018 Oriental ScientificPublishingCompany.	Observado	Relevante	OR
de Pascali P.	Technology for democracy in smart city planning	2014	1		In recent history the relationship between technology and urban planning has been variously taken into account (and possibly also undervalued), but lately it has come into focus with the maturation of the concept of the Smart City. Building on an analysis of documents dealing with the issue and current experiences, this paper tries to determine which opportunity factors the new technologies are offering for the improvement	Hipotético	Relevante	HR

					of urban planning. In particular it considers how these technologies are being integrated into the processes of participatory planning thus supporting the development of direct democracy. The resulting complex framework suggests four main fields of application where the new technologies can contribute to addressing contents and governance of the plan for an urban organisation that enhances virtuous behaviours and steers the town's residents towards adopting them.			
Deakin M.	Smart cities: the state-of-the-art and governance challenge	2014	40	10.1186/s40604-014-0007-9	Reflecting on the governance of smart cities, the state-of-the-art this paper advances offers a critique of recent city ranking and future Internet accounts of their development. Armed with these critical insights, it goes on to explain smart cities in terms of the social networks, cultural attributes and environmental capacities, vis-a-vis, vital ecologies of the intellectual capital, wealth creation and standards of participatory governance regulating their development. The Triple Helix model which the paper advances to explain these performances in turn suggests that cities are smart when the ICTs of future Internet developments successfully embed the networks society needs for them to not only generate intellectual capital, or create wealth, but also cultivate the environmental capacity, ecology and vitality of those spaces which the direct democracy of their participatory governance open up, add value to and construct. © 2014, Deakin; licensee Springer.	Hipotético	Relevante	HR
Efthymiopoulos M.-P.	Cyber-security in smart cities: the case of Dubai	2015	12	10.1186/s13731-016-0036-x	The city of Dubai emerges as a leading partner in not only technology innovation but also designed infrastructure and strategic security. There is a strategy, which will globally add the city and leadership to the leading smart cities of the world. Considering current and future challenges, the strategic aim is to 'smart' wire the city of Dubai by 2020. Dubai is a city of strategic technology, innovation and management. It is a global, vibrant and emerging economy among others, that can become an economic hub of the MENA (Middle East and North Africa) region. The aim of this paper is to explore, analyze, and discuss elements of strategic	Observado	Não Relevante	ON

					management, innovation, development. It is also the aim to discuss elements of strategic security, in making the city is cyber-secure in a smart networked infrastructural and service provider, environment. © 2016, Efthymiopoulos.			
Eicher A.	Barcelona's own way: Smart city and the democratic alternative [Barcelonaseigenerweg: Smart city und die demokratische alternative]	2019			41° 22' 51.96" N 2° 10' 24.024" E. These are the exact coordinates of one of the most famous roads in Europe, indeed in the world. We are talking about "La Rambla" in Barcelona. Millions of people walk the promenade every year. But the whole thing has little in common with the actual meaning of walking and promenading. It is not without reason that Deutschlandradio Kultur describes La Rambla as the "epicentre of tourism" in one of its articles. "Tens of thousands of holidaymakers push their flip-flops and rolling suitcases across the broad promenade – especially in the summer months" says the article [1]. This means that we are in the middle of the life of the capital of Catalonia with its over 1.6 million inhabitants. © 2019, VDE Verlag GmbH. Allrightsreserved.			
El-Kholei A.O., Yassine G.	The mirage of smart sustainable cities in the Arab region	2019	2		This paper examines the attempt to develop smart, sustainable cities (SSC) in the Arab region. The paper identifies four barriers: 1) infrastructural need for technological advances and availing information and transparency regarding the functioning of the administration; 2) high rates of adult illiteracy and lack of political participation; 3) methods of data collection, validity, reliability, and analysis, which are of utmost importance for decision-making are not always precise and rigorous; and 4) bound rationality that affects the planning process, thus hampering proper planning. Attempting to develop an SSC is not possible in a country where the majority are illiterate and poor. These attempts could lead to the loss of public space, social segregation, and dysfunctional democracy. © 2019, Open HouseInternationalAssociation.	Observado	Não Relevante	ON

Fereński P.J.	How to go beyond the walls of the academy and return? [КАК ВЫЙТИ ЗА СТЕНЫ АКАДЕМИИ И ВЕРНУТЬСЯ?]	2020		10.23951/2312-7899-2020-1-93-103	<p>The city as one of the most important phenomena of the modern globalized world is the subject of investigations of various scientific disciplines. It is important phenomena for studies on the history of civilization, on urbanization processes, on the development of architecture, on the relationships between spatial planning and religious and political ideas, for studies on social and economic changes, for studies on urban ways of life, studies on the history of art, as well as critique of contemporary art. There are also elementary analyzes of a city in the field of literary studies, sound studies, performance studies, psychology (the perception of space and its properties), pedagogy, political science (interested in direct democracy or even urban movements). The issues of optimization of models of the city's functioning are important for departments oriented on transport and infrastructure (water, gas etc.), as well as underground construction (car parks, garages, tunnels, metro). Informatics dealing with the process of creation of new communication technologies is involved in the design of "smart city". The faculties of biology or environmental protection conduct research and didactic activities in the field of "applied ecology" – relations that occurring between the human environment and nature. Today technological innovation and creative power of culture are the key to the development of the city. However, what does it mean for the representatives of humanities? What can they bring to it? The city space then appears as a heterogeneous place, full of constant tensions, collisions, circulation of meanings, values, representations, as well as the field of great social experiments. I perceive the human practices and creations as something that is a subject to constant transformation and that constantly requires new readings. In my search, I often go beyond the walls of the academy and try to sense the character of the city and experience its space with all my senses. I keenly observe the ways of life of the inhabitants, their daily practices. I listen</p>			
---------------	---	------	--	----------------------------------	--	--	--	--

					to what they say and read what they manifest on the walls of buildings. This peculiar wandering around the city is aimed at capturing what is visible, but also at reaching what remains inaccessible to us at first glance. It is a collection of notes, it is an attempt at visual and audio recording of the surrounding world, which I then try to structure and interpret. However, as experts, we academics need to “go out” to the city also in a different way – we must take the floor in public debates and have an influence on the decisions of various municipal institutions, have an impact on local politics. There is a discussion about the role of the university in shaping urban space and life in the city. © 2020 TomskStatePedagogicalUniversity. Allrightsreserved.			
Gohari S., Baer D., Nielsen B.F., Gilcher E., Situmorang W.Z.	Prevailing approaches and practices of citizen participation in smart city projects: Lessons from Trondheim, Norway	2020	4	10.3390/infrastructures5040036	Citizen participation has become an important aspect in the design of smart cities. This paper investigates the frame and modality of citizen participation in a European Horizon2020 smart city project, +CityxChange, in Trondheim. +CityxChange aims at enabling citizen participation and co-creation in the transition to a positive energy city. The question is “what are the prevailing approaches and practices in relation to citizen participation amongst the key actors involved in +CityxChange? Which structures and processes have inhibited or fostered the participation mechanisms (e.g., for, by, and of people) and practices in Trondheim?” Through participatory observations and interviews with key local actors and citizens, we found that the focus of +CityxChange on efficiency and creating innovative solutions “for” people in partnership with the private sector has disturbed the “by” and “of” people mechanisms of participation. Citizens' power and roles are not delegated to challenge or replace the project's predetermined issue or plan. The anchorage of the project outside of the formal administrative structure has caused other functional barriers that inhibit citizen participation, rather than facilitate it. This paper discusses the causal relationships between these interconnected barriers and	Observado	Relevante	OR

					suggests how authorities can possibly overcome them. © 2020 by the authors. Licensee MDPI, Basel, Switzerland. This article is an open access article distributed under the terms and conditions of the Creative Commons Attribution (CC BY) license (http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).			
Goodchild B.	Conceptualising the use of digital technologies in spatial planning: A progress report on innovation in Britain	2020		10.4018/IJEPR.2020070101	This article is about how best to frame the use of digital technology in spatial planning and how best to frame the evaluation of impact. The different sections argue the following points. First, the conceptualisation of digital technologies in spatial planning should pay less attention to the discourse of smart cities and more to pragmatic approaches that can cope with the Janus-faced character of technology and provide a bridge to planning theory. Then, as revealed by the assumptions of actor network theory, there are three main innovation paths-Prop-Tech, Civic-Tech, and Project-Tech-all of which have a different pattern of beneficiaries. Then, as revealed by structuration theory and unless moderated by professional ethics and explicit policy commitments, technology is likely to be concerned with the cost effectiveness of working practices. Finally, taking the various approaches together, spatial planning may be conceptualised as a field of heterogeneous elements (stakeholders and citizens, technology, place) with non-local governance and markets as external structuring forces. Copyright © 2020, IGI Global. Copying or distributing in print or electronic forms without written permission of IGI Global is prohibited.	Hipotético	Não Relevante	HN
Karvonen A.	Urban Techno-Politics: Knowing, Governing, and Imagining the City	2020	1	10.1080/09505431.2020.1766011	Techno-politics is alive and well in cities of the twenty-first century, most prominently with the rise of smart cities and the digitalization of urban life but also in the myriad debates about climate and environment, social cohesion and democracy, and economic prosperity and well-being. This commentary uses the special issue on 'Urban Techno-Politics' as	Hipotético	Não Relevante	HN

					<p>inspiration to reflect on three emerging trajectories of cities as embodied in the New Urban Science, networked governance, and sociotechnical imaginaries. Knowing, governing, and imagining cities are three significant ways that techno-politics will be undertaken in the coming decades. © 2020 The Author(s). Published by Informa UK Limited, trading as Taylor & Francis Group.</p>			
<p>Lawrence S., Doody L., Ventura J.L., Peracio P.</p>	<p>Polisdigitocracy: Citizen engagement for climate action through digital technologies</p>	<p>2017</p>	<p>1</p>		<p>The article has been co-written by authors from the following institutions: • C40 Cities Climate Leadership Group (C40), a network gathering more than 80 of the world's largest cities, focused on tackling climate change; • Arup, a global consultancy firm which specializes in delivering innovative and sustainable designs that reinvent the built environment: Arup has partnered with C40 since 2009 to deliver research on how cities contribute to climate change mitigation and adaptation; • The Rio de Janeiro Municipality, particularly advanced on smart city strategies and where the concept of "polisdigitocracy" comes from. The article documents some of the actions currently undertaken by cities across the world to fight climate change by engaging citizens through the use of digital technologies, based on an extensive survey conducted by C40 and Arup in 2015. In addition to being a strategy employed to fight climate change, the authors note examples of cities engaging citizens in the design and implementation of their "smart" or "digital" strategies more broadly. The article goes into the concept of "polisdigitocracy", a term first coined by the mayor of Rio de Janeiro, Eduardo Paes, in 2013, that refers to a new form of governance in which digital technologies can help to renew citizen engagement while enabling cities to tackle climate change and address other urban challenges more efficiently. © 2017, Institut VeoliaEnvironnement. Allrightsreserved.</p>	<p>Observado</p>	<p>Relevante</p>	<p>OR</p>

Lim Y., Edelenbos J., Gianoli A.	Identifying the results of smart city development: Findings from systematic literature review	2019	6	10.1016/j.cities.2019.102397	<p>Smart city is an innovative urban development that aims at sustainable development and a high quality of life (Dirks & Keeling, 2009; Toppeta, 2010; Washburn et al., 2009). There are abundant studies on political and technological strategies to make smart cities, however, the changes induced by those strategies have not been comprehensively understood. In this regard, the purpose of this paper is to identify the results of smart city development using the systematic literature review method. We reviewed 55 papers and found 12 positive and 4 negative results are frequently mentioned. Among 12 positive results, six were purely hypothetical without any evidence: (1) enhancing citizen involvement, (2) protecting environment, (3) facilitating social development, (4) facilitating sustainable development, (5) fostering innovation, and (6) increasing social capital. There is relatively less attention to negative results. Two out of four negative results are purely hypothetical: (1) privacy and security issues and (2) diminishing freedom of speech and democracy. Further studies are needed in discovering the evidence for purely hypothetical impacts and comparing smart city development in advanced and emerging economies. © 2019 Elsevier Ltd</p>	Hipotético	Não Relevante	HN
Loideain N.N.	Cape Town as a smart and safe city: Implications for governance and data privacy	2017	4	10.1093/idpl/ix018	<p>Promises abound that 'smart city' technologies could play a major role in developing safer, more sustainable, and equitable cities, creating para-gons of democracy. However, there are concerns that governance led by 'Big Data' processes marks the beginning of a trend of encroachment on the individual's liberty and privacy, even if such technologies are employed legitimately for the public's safety and security. There are many ways in which personal data processing for law enforcement and public safety purposes may pose a threat to the privacy and data protection rights of individuals. Furthermore, the risk of such powers being mis-used is increased by the covert nature of the processing, and the ever-increasing capacity, and pervasiveness, of the retention, sharing,</p>	Observado		

					and monitoring of personal data by public authorities and business. The focus of this article concerns the use of these smart city technologies for the purposes of countering crime and ensuring public safety. Specifically, the article examines these policy-making developments, and the key initiatives to date, undertaken by the municipal authorities within the city of Cape Town. Subsequently, the examination then explores the implications of these policies and initiatives for governance, and compliance with the right to data privacy, as guaranteed under international human rights law, the Constitution of South Africa, and the national statutory framework governing data protection. In conclusion, the discussion provides reflections on the findings from this analysis, including some policy recommendations. ©The Author 2017. Published by Oxford University Press.			
Mekhum W.	Smart cities: Impact of renewable energy consumption, information and communication technologies and E-governance on CO2 emission	2020	10.9770/JSSI.2020.9.3(5)	Renewable energy is not only cost effective but also plays vital role in decreasing the pollution. Most of the developing countries struggle with the energy supply for the cities. The introduction of renewable energy resources will not only meet the increased city demand of energy but also helps in making the smart city. Information and communication technologies help in efficient communication and work using different soft wares. The better the Information and communication technologies services in the country the better will be the chance of generating the smart cities in Asia. Emission of CO2 contributes to the pollution and thus, the global warming. If the government, make better policies and communicate it with e-governance with the people of the country then there will be the chances of making the smart cities in the Asia. The aim of this study was to assess the impact of three dependent variables including state legitimacy, democracy and public services on the independent variables on the quality of the education. The data was collected from ten different Asian countries including are incudes Pakistan, India, China, Bangladesh, Nepal, Afghanistan, Iran, Turkey, Maldives,	Observado	Não Relevante	ON	

					Indonesia, Saudi Arab, Kazakhstan, Syria, Qatar and Iraq. The timeline of the study is 26 years from 2019 and the data was collected from The Economic Form, The World Bank reports as well as the Transparency International. The analysis was performed by using IBM-SPSS and various statistical tests were applied including LLC, cointegration test diagnostic checks, correlation matrix and PCSE estimation test and sys-GMM. The results of our study showed positive association of dependent variables on the formation of smart cities in Asia. The results of our study have social, political and economic implications. © 2019 General Jonas Zemaitis Military Academy of Lithuania.			
Oliveira T.A., Oliver M., Ramalhinho H.	Challenges for connecting citizens and smart cities: ICT, e-governance and blockchain	2020	1	10.3390/su12072926	The way citizens interact with cities affects overall life quality. Their participation in social decisions is of paramount importance for helping on public decisions that affect governance, regulation and education. This interaction has the potential of being boosted within the scope of smart and digital cities, especially by recent advances in blockchain technology. This work introduces insights about how smart cities' concepts and innovative technologies can help society to face daily challenges for improving citizens' awareness. Digital technologies are able to drive social and economic development by employing Information and Communication Technology (ICT) to promote innovation. In this context, e-governance, in conjunction with disruptive concepts such as blockchain, is showing up as a fundamental tool for a decentralized democracy. This study reviews, discusses, raises open points and presents suggestions towards an efficient, transparent and sustainable use of technology, applied to future cities. © 2020 by the authors.	Hipotético	Relevante	HR

Ostos G.	Integral citizen observatory of Los Cabos: popular participation conscious and competent	2018		10.1080/03906701.2018.1477110	According to the United Nations data more than half of humanity lives today in the cities, but it is expected that in 2050 it could be almost 80% of the global population. That means a transformative role of cities at all levels in the coming decades. Participation and democracy in the twenty-first century must be promoted and practiced from the cities. A popular participation based on the observation, and also in an active participation within the management of the government can promote good governance where citizens can be empowered to achieve a higher level of democracy in our cities but also in our society. Currently there's an international standard on quality management in local government; ISO 18091:2014, it contains 39 indicators on public policies that local governments cannot stop attending. I would like to present in this article the success case of the Integral Citizen Observatory of Los Cabos (OCI Los Cabos) based on this international standard, as a model of smart citizens aware and competent. It has been such a good job that the incoming Mayor has included it in the actual Municipal Development Plan for Los Cabos 2015–2018, the diagnostic report data and the proposals of the Integral Citizen Observatory. © 2018, © 2018 University of Rome 'La Sapienza'.	Observado	Relevante	OR
Popham J., Lavoie J., Coomber N.	Constructing a Public Narrative of Regulations for Big Data and Analytics: Results From a Community-Driven Discussion	2020	2	10.1177/0894439318788619	This article reports on community perspectives about the regulation of municipality-led Big Data initiatives developed through an exploratory, deliberative democracy-informed approach. While analytics hold great promise for policy design and service delivery improvements, their mythologized nature may elicit a blind faith in empirical outcomes, leading to misrepresentation or omission of marginalized populations. Scholars have begun pointing to public consultation as a means of avoiding these challenges, suggesting that a truly "smart city" should vet potential Big Data policies through the community in order to identify locally relevant concerns. The Big Data in Cities: Barriers and Benefits symposium, held in May of	Observado	Relevante	OR

					<p>2017, took a deliberative democracy approach designed to contribute toward a mid-sized southern Ontario city's regulatory framework for data aggregation and mobilization. Approximately 100 self-selected participants (primarily public advocates) attended a 2-day symposium that featured a series of presentations designed to introduce critiques to and strategies for the implementation of Big Data initiatives. Participants also engaged in several facilitated roundtable discussions during the symposium, and their transcribed conversations served as the data for this study. Thematic analysis identified three recurrent concerns: publicly vetted data ethics, consultation and literacy practices, and regulatory frameworks. The public consultation process employed by this study produced results that reflect critiques raised in other academic papers. © The Author(s) 2018.</p>			
Pournaras E.	Proof of witness presence: Blockchain consensus for augmented democracy in smart cities	2020		10.1016/j.jpdc.2020.06.015	<p>Smart Cities evolve into complex and pervasive urban environments with a citizens' mandate to meet sustainable development goals. Repositioning democratic values of citizens' choices in these complex ecosystems has turned out to be imperative in an era of social media filter bubbles, fake news and opportunities for manipulating electoral results with such means. This paper introduces a new paradigm of augmented democracy that promises actively engaging citizens in a more informed decision-making augmented into public urban space. The proposed concept is inspired by a digital revive of the Ancient Agora of Athens, an arena of public discourse, a Polis where citizens assemble to actively deliberate and collectively decide about public matters. The core contribution of the proposed paradigm is the concept of proving witness presence: making decision-making subject of providing secure evidence and testifying for choices made in the physical space. This paper shows how the challenge of proving witness presence can be tackled with blockchain consensus to empower citizens' trust and overcome security vulnerabilities of GPS</p>	Hipotético	Relevante	HR

					<p>localization. Moreover, a novel platform for collective decision-making and crowd-sensing in urban space is introduced: Smart Agora. It is shown how real-time collective measurements over citizens' choices can be made in a fully decentralized and privacy-preserving way. Witness presence is tested by deploying a decentralized system for crowd-sensing the sustainable use of transport means. Furthermore, witness presence of cycling risk is validated using official accident data from public authorities, which are compared against wisdom of the crowd. The paramount role of dynamic consensus, self-governance and ethically aligned artificial intelligence in the augmented democracy paradigm is outlined. © 2020 Elsevier Inc.</p>			
<p>Presenza A., Micera R., Splendiani S., Chiappa G.D.</p>	<p>Stakeholder e-involvement and participatory tourism planning: Analysis of an Italian case study</p>	<p>2014</p>	<p>20</p>	<p>10.1504/IJKBD.2014.065320</p>	<p>The purpose of this paper is to explore the potential and challenges of knowledge management, in particular the use of information and communication technologies, in supporting stakeholders' collaboration processes in the tourism destination by focusing on e-democracy. The term e-democracy was coined to define the electronic representation of a democratic process which aims at obtaining stakeholders active participation in the decision-making process about territorial policies and tourism planning. Despite the growing interest that this concept is gaining both in the academia and in the tourism sector, the related research is still at its early stage. This study was carried out to contribute to fill this gap analysing the case study of an Italian region where an e-democracy project on destination governance is currently going on. The main contribution to the body of knowledge, managerial implications and limitations of the study are discussed and future avenues of research are suggested. Copyright © 2014 InderscienceEnterprises Ltd.</p>	<p>Observado</p>	<p>Relevante</p>	<p>OR</p>

Romanelli M.	Analysing the role of information technology towards sustainable cities living	2020		10.1108/K-07-2019-0516	<p>Purpose: The purpose of this study is to identify the pathway that leads to cities to proceeding towards urban sustainability.</p> <p>Design/methodology/approach: This study intends to propose a theoretical analysis on the city as sustainable community that drives urban development adopting a smart vision for urban growth.</p> <p>Findings: Cities as sustainable urban communities develop smartness as a vision for change understanding and developing the potential offered by information technology reinforcing the community by shaping collaborative governance.</p> <p>Research limitations/implications: Cities using information technology as a source for urban sustainability develop smartness to evolve as smart communities following a managerial and organizational view towards sustainability as a source for continuous innovation and change within urban ecosystem.</p> <p>Originality/value: Cities identify a sustainability-oriented and community-driven pathway as a vision for continuous change that helps to improve urban competitiveness, innovation and democracy ensuring high quality of life by strengthening the potential offered by technology-enabled and human-centred smartness. © 2020, EmeraldPublishingLimited.</p>	Hipotético	Relevante	HR
Sangki J.	Vision of future e-government via new e-government maturity model: Based on Korea's e-government practices	2018	9	10.1016/j.telpol.2017.12.002	<p>This paper analyze that the social paradigm shift caused by the new IT has brought the current highly-advanced information society following the industrial and information societies, and proposes a new e-government development model called as "E-Government Maturity Model based on Socio-political Development" that incorporates the level of social maturity based on e-democracy and the maturity level of civic society with statistic model. The new model classifies e-Government development into four stages: "Bureaucratic model" "Information management model" "Participatory model" and "Governance model". This paper also attempted to apply this model to e-government practices in Korea on the flow of time. E-government in Korea has mainly shown features of one distinct type at a time</p>	Observado	Relevante	OR

					among four stages, as so far explained above. In this case, the former stage developed to the next level after going through the process of maturation in advancement of ICT and social maturity and political stability. This paper defined the 'smart society' as the highly-advanced information society from the Korean case study. Instead of literally interpreting the term 'smart' it should be comprehensively re-interpreted as a new academic term that reflects perspectives of social and technological changes, introducing new meanings. The definition and concept or the maturity level of the smart society shall be left for the future study suggestions. We have so far analyzed the characteristics of progressing toward the smart society based on Korea's cases of e-government development. The analysis, though started from certain cases of Korea, will be an applicable model to other countries as well, since Korea is in the leading group in terms of informatization. This paper is distinguished from the other studies because it is an analytical study on the non-technological factors of e-government development: especially focused on the political, socio-economic aspects of e-government. Despite the contribution mentioned above, this paper also has an academic limitation on the generalization of findings because of its a single case study on the Korea. So we will try to explain and analyze the other countries' cases with the research framework: E-Government Maturity Model based on Socio-political Development of this paper in the next studies. So, this model will be expected to be generally expandable and applicable to e-government cases of other countries. © 2017 Elsevier Ltd			
Smith A., Martín P.P.	Going Beyond the Smart City? Implementing Technopolitical Platforms for Urban Democracy in Madrid and Barcelona	2020	1	10.1080/10630732.2020.1786337	Digital platforms for urban democracy are analyzed in Madrid and Barcelona. These platforms permit citizens to debate urban issues with other citizens; to propose developments, plans, and policies for city authorities; and to influence how city budgets are spent. Contrasting with neoliberal assumptions about Smart Citizenship, the	Observado	Relevante	OR

					<p>technopolitics discourse underpinning these developments recognizes that the technologies facilitating participation have themselves to be developed democratically. That is, technopolitical platforms are built and operate as open, commons-based processes for learning, reflection, and adaptation. These features prove vital to platform implementation consistent with aspirations for citizen engagement and activism. © 2020 The Author(s). Published by Informa UK Limited, trading as Taylor & Francis Group.</p>			
Tenney M., Sieber R.	Data-driven participation: Algorithms, cities, citizens, and corporate control	2016	20	10.17645/up.v1i2.645	<p>In this paper, we critically explore the interplay of algorithms and civic participation in visions of a city governed by equation, sensor and tweet. We begin by discussing the rhetoric surrounding techno-enabled paths to participatory democracy. This leads to us interrogating how the city is impacted by a discourse that promises to harness social/human capital through data science. We move to a praxis level and examine the motivations of local planners to adopt and increasingly automate forms of VGI as a form of citizen engagement. We ground theory and praxis with a report on the uneven impacts of algorithmic civic participation underway in the Canadian city of Toronto. © 2016 bytheauthors; licenseeCogitatio (Lisbon, Portugal).</p>	Observado	Não Relevante	ON
Timmerman R., Marshall S., Zhang Y.	Towards socially sustainable urban design: Analysing Actor-area relations linking micro-morphology and micro-democracy	2019	1	10.2495/SDP-V14-N1-20-30	<p>The social sustainability of cities is increasingly assisted by smart apps, social media and the awareness of how social interactions relate to urban space. Within cities, communities or neighbourhoods are no longer easily spatially defined. Similarly, how a community might govern itself does not necessarily follow traditional, simple, spatially self-contained loci. The role of housing management companies, managing a portfolio of social and private housing, adds additional complexity to relations between individual properties and their collective governance, at a level below that of the local municipality. Meanwhile, the advent of online crowdsourcing and crowdfunding poses new challenges about the influence of outsiders and 'who gets a vote'-and who uses their vote-when making decisions about a</p>	Hipotético	Relevante	HR

					neighbourhood's future. This poses a number of challenges for planning and local democracy in the smarter city. This paper reports on new research from the Incubators of Public Spaces project, involving the use of a novel online design and crowdsourcing platform as an experimental tool for public participation, in the case of a London housing estate. In particular, this chapter analyses relationships between different actors and instruments involved in the governance of the different areas or territories of the housing estate. We report on the challenges of holistically engaging a focused yet diverse pool of users in the regeneration of a series of courtyards associated with social housing blocks. This involves non-trivial decisions about user access rights within the platform, which becomes a challenge of reinventing a micro-scale democracy. By modifying standard approaches to social network analysis, the paper develops and demonstrates visualisation of the socio-spatial relationships, linking actor networks and area structures, applied in a novel way to a site's micro-morphology. This research, yet in progress, can help inform a new generation of planning procedures for more equitable, inclusive and hence socially sustainable cities. © 2019 WIT Press, www.witpress.com			
Viitanen J., Kingston R.	Smart cities and green growth: Outsourcing democratic and environmental resilience to the global technology sector	2014	148	10.1068/a46242	Climate change and advances in urban technology propel forward the 'smart city'. As decision makers strive to find a technological fix, smart city strategies are often based on technological orthodoxies which are conceptually and empirically shallow. The motivation behind this paper is to address the conceptual adolescence which relates to the wholesale digitisation of the city by pursuing a twin argument about the democratic and environmental consequences. The authors draw on interdisciplinary theory and insights from urban studies, infrastructure, informatics, and the sociology of the Internet to critique the way the 'smart city' is taken forward. It is concluded that private firms market smart city services and solutions based on an ideological legacy of 'ubiquitous	Observado	Não Relevante	ON

					<p>computing', 'universal infrastructure', and 'green technology'. Based on evidence from three UK cities-Manchester, Birmingham, and Glasgow-it is argued that the underlying principle of future city strategies is to expand the market for new technology products and services to support 'green growth' with disregard for their wider impacts. For citizens, becoming a consumer of the technologies is often presented as progressive 'participation' or 'empowerment' with unknown or hidden consequences both political and environmental. The city systems become a digital marketplace where citizen-consumers' participation is increasingly involuntary and the hegemony of global technology firms is inflated. What follows is that the city's 'intelligent systems' are defined through a digital consumer experience that has inherent biases and leaves parts of the city and its population unaccounted for. This renders the city less resilient in the face of future social and climatic risks. © 2014 Pionand its Licensors.</p>			
Walters D.	Smart cities, smart places, smart democracy: Form-based codes, electronic governance and the role of place in making smart cities	2011	27	10.1080/17508975.2011.586670	<p>Place matters in smart towns and cities. Technology may keep pushing us apart, but we as a culture continue to gather. Opinions differ as to whether the centrifugal forces of 'splintering' urbanism are stronger than the centripetal power of physical places. This article argues that if policies and implementation tools of placed-based urban design are embedded and encoded within the e-governance structure of a community, a balance can be achieved where both physical and virtual realms enhance the unique character of particular locations. The pervasive reach of electronic data and media can help bind the disparate elements of a community together as much as it may seek to disperse them. The process of developing plans, codes and sustainable strategies for a community seeking a truly 'smart' future in a competitive world is illustrated by a case study of Beaufort, a medium-sized town in South Carolina, USA, and these efforts highlight the challenges for English towns and cities in the context of the British Government's shift towards 'localism' in</p>	Observado	Relevante	OR

					planning. © 2011 Taylor & Francis.			
Xie J., Tang H., Huang T., Yu F.R., Xie R., Liu J., Liu Y.	A Survey of Blockchain Technology Applied to Smart Cities: Research Issues and Challenges	2019	53	10.1109/COMST.2019.2899617	In recent years, the rapid urbanization of world's population causes many economic, social, and environmental problems, which affect people's living conditions and quality of life significantly. The concept of 'smart city' brings opportunities to solve these urban problems. The objectives of smart cities are to make the best use of public resources, provide high-quality services to the citizens, and improve the people's quality of life. Information and communication technology plays an important role in the implementation of smart cities. Blockchain as an emerging technology has many good features, such as trust-free, transparency, pseudonymity, democracy, automation, decentralization, and security. These features of blockchain are helpful to improve smart city services and promote the development of smart cities. In this paper, we provide a comprehensive survey on the literature involving blockchain technology applied to smart cities. First, the related works and background knowledge are introduced. Then, we review how blockchain technology is applied in the realm of smart cities, from the perspectives of smart citizen, smart healthcare, smart grid, smart transportation, supply chain management, and others. Finally, some challenges and broader perspectives are discussed. © 1998-2012 IEEE.	Hipotético	Relevante	HR
Zandbergen D., Uitermark J.	In search of the Smart Citizen: Republican and cybernetic citizenship in the smart city	2020	5	10.1177/0042098019847410	The smart city has been both celebrated for opening up decision-making processes through responsive digital infrastructures, and criticised for turning citizens into mere nodes of socio-technical networks under corporate or government control. In line with these depictions, smart city politics is often analysed as a struggle between aspirations for bottom-up participatory democracy and authoritarian control. Drawing on	Observado	Relevante	OR

					ethnographic research on an Amsterdam project which encourages citizens to collect and share air quality data, we problematise this vertical reading of smart city politics. The project mobilises both republican citizenship and cybernetic citizenship, each assuming different logics regarding the ways in which citizens negotiate urban life by means of data and sensing technologies. While republican citizenship emphasises citizens' sovereignty, cybernetic citizenship emphasises their immersion into informational environments. We demonstrate how, depending on specific situated interests and forms of engagement, both kinds of citizenship feed into appealing visions of urban life for different actors. © UrbanStudiesJournalLimited 2019.			
[No authurnameavailable]	Smart cities in focus a TEC supplement	2013			The article discusses the UK's tradition of innovation in the city space and how the government is looking to position the country to be a leading player in the growing smart city market. Local authorities, like many private sector organizations, are trying to encourage people to access their services online and move away from the much more expensive face-to-face engagement, or by phone. The London Borough of Newham is among the leaders. Between January and December 2012, online self service moved from 9 per cent to a massive 64 per cent. Cities can now engage with people through social media to pick up their concerns and work with them to meet their demands a more direct form of local democracy. They can also make more reusable data available which allows businesses or social enterprises to develop new services to use this data to meet a particular need.	Observado	Relevante	OR

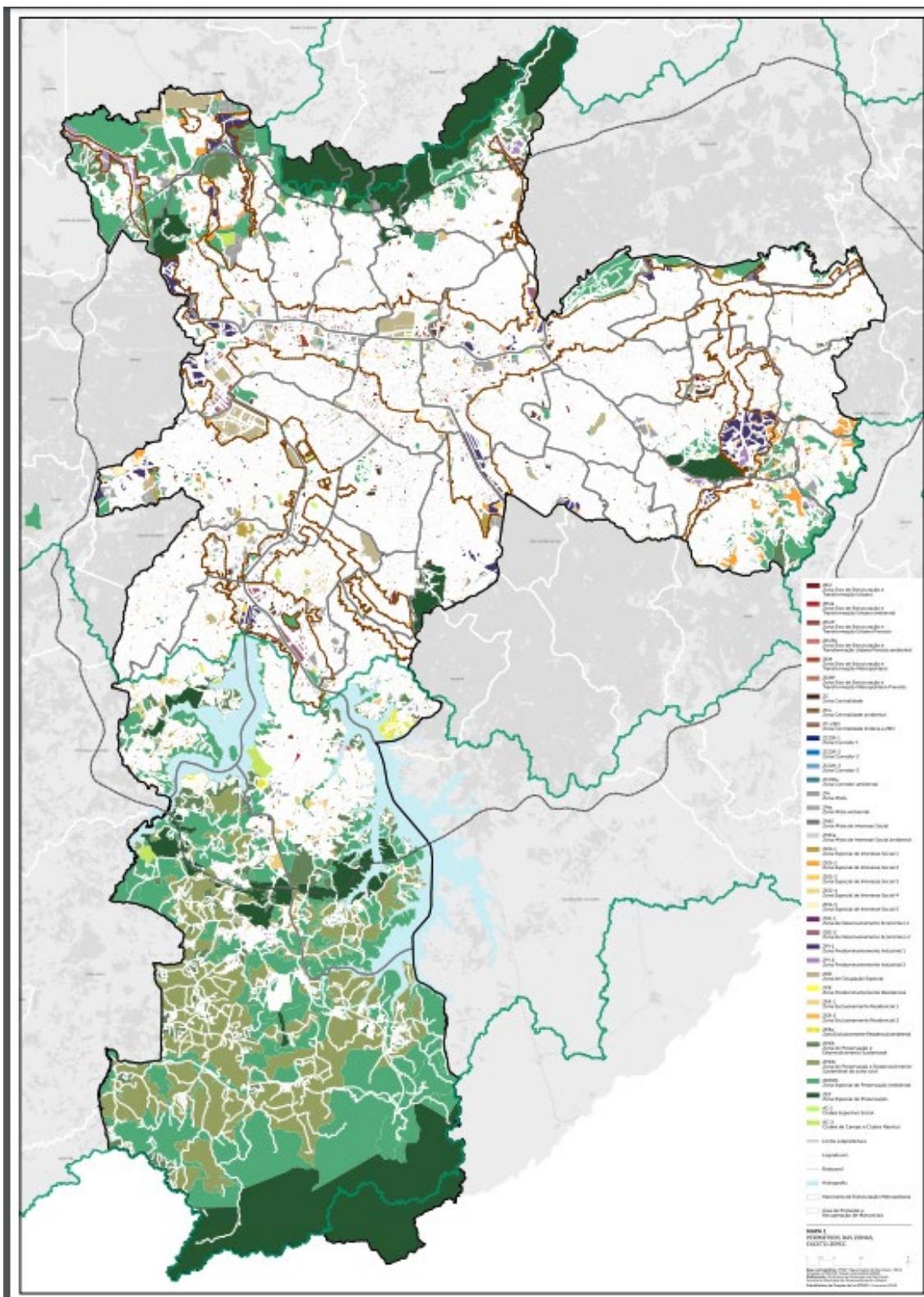
8. ANEXOS

ANEXO 1 – DEMONSTRAÇÃO TABELA DE PROPOSTA AO ZONEAMENTO

Protocolo	Demanda	Status
	Artigo Comentado: Art. 124.. Comentário: Art 124. § 3º Nas edificações regulares em razão de certificado de conclusão, auto de regularização, auto de vistoria ou alvarás de conservação expedido de acordo com regime anterior ao da Lei nº 13.885, de 2004, poderá ser instalado o uso declarado na respectiva aprovação ou regularização, ainda que este não seja considerado permitido nos termos desta lei. Ficou a dúvida se não deveria ser 'até a Lei 13.885', caso contrário edificações regulares na 13.885 ficariam irregulares com a presente redação. Sds. Nro. Da Matrícula: . Ruas: . Zona Atual: . Zona Sugerida: . Quadro: . Linha: . Coluna: . Valor atual: . Valor Sugerido: . Audiência Pública: . Tipo Comentário: . Material entregue:	em análise
	Artigo Comentado: Art. 155.. Comentário: Considerando que esta lei quando em vigor dependerá de regulamentações, seria interessante e importantíssimo que constasse os dizeres abaixo, que há algo parecido na Lei 13478/02. Nro. Da Matrícula: trata-se da Teoria da Recepeção", ou seja, que enquanto não houver os regulamentos que seja utilizados os já existentes regulamentos até edição de novos reglamentos, desde que não conflite com a lei, segue exemplo auto explicativo: Art. ... - Os regulamentos, normas e demais regras em vigor, que regem as matérias dispostas nesta lei e que não conflitem com as disposições desta serão gradativamente substituídos por regulamentação a ser editada PELO EXECUTIVO. Parágrafo único - Enquanto não forem editadas novas regulamentações a que se refere o "caput", esta lei será regida pelos atuais regulamentos, normas e regras que não conflitem com esta lei. Este artigo ou algo parecido é muito importante, pois uma lei desse porte, dependerá de regulamentos e regulamentos demoram a ser editados e por isso a lei demorará a ser utilizada. Em direito civil esta ideia de artigo mencionado acima é conhecido como Teoria da Recepção", já foi até mesmo usado na lei da taxa do Lixo, 13478/02, artigo 246, e olha que passados 13 anos da lei ainda falta mais regulamentação a ser editada.. Ruas: . Zona Atual: . Zona Sugerida: . Quadro: . Linha: . Coluna: . Valor atual: . Valor Sugerido: . Audiência Pública: . Tipo Comentário: . Material entregue:	em análise
	Artigo Comentado: Art. 133.. Comentário: Seria operacionalmente interessante o acréscimo de § 3º com o seguinte dizer: § 3º O Auto de Infração e a Multa poderão formar um único documento. Este dizer já consta no decreto 32329/92 do COE, e seria muito útil pois o preenchimento de vários documentos manualmente é difícil e demanda muito tempo, além de ser muito suscetível a erros e mais demora na ação fiscal.. Nro. Da Matrícula: . Ruas: . Zona Atual: . Zona Sugerida: . Quadro: . Linha: . Coluna: . Valor atual: . Valor Sugerido: . Audiência Pública: . Tipo Comentário: . Material entregue:	em análise
	Artigo Comentado: Art. 140.. Comentário: Este artigo deveria vir em todas as leis municipais que geram multas e intimações, apreensões, entre outras sanções, não somente nesta, pois em pleno século 21 entregar somente pessoalmente é sem comentários... Os auditores de tributos já encaminham as suas multas e demais intimações ou notificações pelo correios. Muito bom artigo, e muito útil à fiscalização, artigo super perfeito e inteligente, que se mantenha na lei. Nro. Da Matrícula: . Ruas: . Zona Atual: . Zona Sugerida: . Quadro: . Linha: . Coluna: . Valor atual: . Valor Sugerido: . Audiência Pública: . Tipo Comentário: . Material entregue:	em análise
	Artigo Comentado: Art. 131.. Comentário: Faltou mencionar que é Art. 131.proprietário, o possuidor... do imóvel, conforme consta em todas as leis municipais, como Lei 15442/11, a própria Lei 13885/04, entre outras, a menção do imóvel e este artigo é muito importante, pois muitas vezes há a sonegação de documentos pelos funcionários ou dono da empresa ou atividade no local, ela não fornece, então como fazer? multa-se o proprietário do imóvel, e dá resultado.. Nro. Da Matrícula: . Ruas: . Zona Atual: . Zona Sugerida: . Quadro: . Linha: . Coluna: . Valor atual: . Valor Sugerido: . Audiência Pública: . Tipo Comentário: . Material entregue:	em análise
	Artigo Comentado: Art. 90.. Comentário: O quadro 4 autoriza o uso nR1-11 em áreas ZER, somente para atividade museu, com possibilidade de usos comerciais e de serviços associados. Permitir comercio e serviços em áreas de preservação é incompatível com os objetivos estabelecidos no plano diretor. Sugiro permitir somente atividade museu, sem o comercio e serviço mencionado.. Nro. Da Matrícula: . Ruas: . Zona Atual: . Zona Sugerida: . Quadro: . Linha: . Coluna: . Valor atual: . Valor Sugerido: . Audiência Pública: . Tipo Comentário: . Material entregue:	em análise
	Artigo Comentado: Art. 89.. Comentário: O quadro 4 autoriza o uso nR1-13 em áreas ZER, somente para atividade museu, com possibilidade de usos comerciais e de serviços associados. Permitir comercio e serviços em áreas de preservação é incompatível com os objetivos estabelecidos no plano diretor. Sugiro permitir somente atividade museu, sem o comercio e serviço mencionado.. Nro. Da Matrícula: . Ruas: . Zona Atual: . Zona Sugerida: . Quadro: . Linha: . Coluna: . Valor atual: . Valor Sugerido: . Audiência Pública: . Tipo Comentário: . Material entregue:	em análise
	Artigo Comentado: Art. 11.. Comentário: Proponho que a Zona Mista seja mais detalhada quanto ao seu uso. Nro. Da Matrícula: . Ruas: . Zona Atual: . Zona Sugerida: . Quadro: . Linha: . Coluna: . Valor atual: . Valor Sugerido: . Audiência Pública: . Tipo Comentário: . Material entregue:	em análise
	Artigo Comentado: Art. 8º. Comentário: Meu condomínio residencial está situado em uma área apontada como ZEM (rua José Gonçalves Galeão- Jardim Avelino). Qual pode ser o impacto dessa classificação na qualidade de vida dos moradores. Corremos o risco de termos que conviver com estabelecimentos comerciais de alto impacto ambiental?. Nro. Da Matrícula: . Ruas: . Zona Atual: . Zona Sugerida: . Quadro: . Linha: . Coluna: . Valor atual: . Valor Sugerido: . Audiência Pública: . Tipo Comentário: . Material entregue:	em análise

Link para tabela completa: <https://drive.google.com/open?id=18GaCyIrlnUkRwNoikMYbVPQGAXUlx8cC>

ANEXO III – DEMONSTRAÇÃO DE MAPA APROVADO



Link para mapa completo (em PDF e KMZ):<http://www.saopaulo.sp.leg.br/zonamento/pl-2722015/>